

**RELATÓRIO DO ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL
REFERENCIADO NA NBR 10719:1989: A
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO
LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
(1928 – 1930)**

Roberto Jorge Chaves Araújo

Edição do autor

Roberto Jorge Chaves Araújo

Relatório do estágio pós-doutoral referenciado na NBR
10719:1989:
A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte:
estado, intervenção legislativa, educação e sociedade
(1928 – 1930)

1ª edição

João Pessoa
Edição do autor
2022

Título original: *Relatório do estágio pós-doutoral referenciado na NBR 10719:1989: A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: estado, intervenção legislativa, educação e sociedade (1928 – 1930).*

Capa *Roberto Jorge Chaves Araújo*

Projeto gráfico *Roberto Jorge Chaves Araújo*

A990r

Relatório do estágio pós-doutoral referenciado na NBR 10719:1989: A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: estado, intervenção legislativa, educação e sociedade (1928 – 1930) / Roberto Jorge Chaves Araújo – 1 edição - João Pessoa: edição do autor, 2022.

E-book

ISBN 978-65-00-47240-0



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROBERTO JORGE CHAVES ARAÚJO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

JOÃO PESSOA – PB 2022

ROBERTO JORGE CHAVES ARAÚJO

RELATÓRIO DO ESTÁGIO

Relatório de estágio pós-doutoral apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFPB, como requisito parcial para obtenção do Título de Pós-Doutor em Educação, desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisas “História da Educação da Paraíba” vinculado à Linha de Pesquisa História da Educação.

Supervisor: Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa.

JOÃO PESSOA –
PB 2022

Às minhas irmãs, Zênia Chaves Araújo de Melo, em memória, e Ana Zuila Chaves Araújo.
Às pessoas que valorizam a ciência,
o desenvolvimento do espírito crítico
e a criatividade em
geral, no sentido de produzir crescimento pessoal e mudanças sociais para
melhor,
quando essas forem possíveis e necessárias.

APRESENTAÇÃO

Antes de mais nada é preciso esclarecer que a ideia de tornar esse relatório de estágio pós-doutoral um *e book* surgiu da compreensão desse autor acerca da importância da elaboração de relatos de pesquisa com base no que é **normalizado** pela NBR 10719:1989 (MEDEIROS, 2021, p. 199 - 202) para mestrado e doutorado. No caso dessa publicação ampliou-se esse entendimento para **o pós-doutoramento**.

Percebeu-se, depois de realizada a pesquisa e durante a elaboração do relatório final de estágio de pós-doutoramento, que essa atividade não deve se ancorar na famosa frase “há relatórios e relatórios” para, daí, produzir um texto, nomeá-lo como sendo um relato final de pesquisa e cumprir um requisito normativo muito importante de um programa de pós-graduação para, depois da avaliação, obter a certidão de pós-doutoramento. Nesse sentido, compreendeu-se que a **redação científica** e, portanto, **redação normalizada do relatório de estágio de pós-doutoramento é o complemento final e necessário para formação ao nível do pós-doutoramento**.

O porquê e em que amplitude ocorre aquela diversidade expressa na frase “há relatórios e relatórios”, somente uma pesquisa responderia a essa questão possível, se alguém vier a compreender que isso é um tema de estudo relevante, qual seja, a relação entre a escrita universitária no pós-doutoramento e a redação científica. Importa enfatizar, portanto, que essa diversidade não é o tema desse *e-book*, o qual tem por conteúdo o próprio relatório final do estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba sobre o tema da última legislatura estadual paraibana da Primeira República de 1928 a 1939, como está explicitado no seu título.

Assim, pretendendo adaptar o relatório final de estágio ao formato de um livro digital com um propósito e atingir os objetivos definidos a seguir, bem como rever trechos considerados herméticos por esse autor, procedeu-se a realização de acréscimos relativos ao significado dessa publicação e à revisão da escrita do relatório final de estágio que foi aprovado pelo PPGE/CEUFPB, mas mantendo suas ideias originais, boa parte da sua escrita e, em grande parte, sua estrutura.

Sobre a proposta dessa publicação é, essencialmente, socializar um relato **normalizado** de atividades pós-doutorais orientado pela NBR 10719:1989, já mencionada, e valorizar a importância da elaboração do relatório final com a própria **formação ao nível de pós-doutorado**. Com isso buscamos atingir os seguintes objetivos:

a) contribuir para valorizar mais ainda a atividade de produção de um **relatório final de pesquisa** escrito segundo normas estabelecidas de **redação científica**;

b) facilitar a avaliação profissional por causa da elaboração orientada pela NBR 10719:1989;

c) estimular a **circularidade mais organizada e, portanto, mais compreensível do relato de atividades de pesquisa**;

d) compreender diferenças ou **especificidades** entre os relatórios técnico-científico de mestrado e doutorado relativamente ao relatório técnico-científico de pós-doutoramento;

e) valorizar a sistematização do **conjunto de atividades** relacionado ao pós-doutoramento através do seu relato e, assim, proporcionar ao pesquisador ou pesquisadora **mais uma atividade de aprimoramento**;

f) contribuir para fazer o pesquisador ou pesquisadora compreender a **importância da visão de conjunto sobre o próprio trabalho realizado**.

Enfatiza-se que não se deve entender que esse *e-book* reúne os resultados da nossa pesquisa de estágio pós-doutoral já que a análise e a síntese sobre o tema mencionado no subtítulo desse *e-book*, qual seja, **A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba do Norte: estado, intervenção legislativa, educação e sociedade (1928 – 1930)**, aparecem nesse relatório técnico-científico apenas de acordo com o que prevê a normalização considerada para sua elaboração (MEDEIROS, 2021, 199-202).

Entende-se, como foi afirmado acima, que se uma pesquisa sobre os relatórios de pesquisa de pós-doutoramento fosse realizada mostraria, possivelmente, uma diversidade surpreendente de textos. Isso é uma hipótese e fosse qual fosse o resultado de uma pesquisa sobre um tema como esse – que não deixaria de ser um reflexão sobre o trabalho acadêmico real e as normas essenciais da redação científica – o que se pode argumentar aqui com segurança é que a elaboração normalizada de um relatório de pesquisa é uma parte complementar e ao mesmo tempo essencial ao estágio de pós-doutoramento sendo o momento oportunizado ao pesquisador ou pesquisador de demonstrar um controle bastante amadurecido sobre seu próprio trabalho realizado. A partir desse ponto o texto do e-book é praticamente o texto do relatório final de estágio aprovado pelo PPGE/CE/UFPB.

Feito esse “gancho” com o acréscimo ao texto relatorial aprovado cabe perguntar, afinal, quais as ideias, considerações e orientações presentes na normalização para elaboração de relatórios de pesquisa? **São relativamente fáceis de serem conhecidas bastando consultar**

alguma publicação sobre redação científica e estão, como se disse, presentes na norma para elaboração de relatórios técnico-científico, a NBR 10719:1989 (MEDEIROS, 2021, 199-2002) ou “Apresentação de relatórios técnico-científico” (ABNT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1989, p. 1-9) a qual traz, inclusive, uma boa definição e como elaborar textos que podem ser seguramente nomeados relatórios técnico-científicos. Essa definição é muito útil para se compreender o significado e alcance prático da atividade de relatar uma pesquisa científica e é a seguinte:

3.1.1 Documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigação de pesquisa e desenvolvimento ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica. O relatório técnico-científico apresenta, sistematicamente, informação suficiente para um leitor qualificado, traça conclusões e faz recomendações. É estabelecido em função ou sob a responsabilidade de um organismo ou pessoa a quem será submetido. (MEDEIROS, 2021, p. 199)

Ressalta-se que a subjetividade na elaboração de textos é uma característica de todos os escritos acadêmicos, mas, nem por isso, dispensa-se a consideração de normas na redação científica, normalização essa que integra o planejamento (MEDEIROS, 2021, p. 313-320) que caracteriza a própria produção científica. Sobre essa relação entre a produção científica, referências gerais teórico-metodológicas e as normas de redação científica existem inúmeras obras publicadas. Sendo assim, o argumento possível de que cada pesquisador ou pesquisadora escreve segundo sua perspectiva é descabido para explicar a desconsideração da escrita de relatórios finais de estágio de pós-doutoramento já que a normalização não retira a subjetividade da produção intelectual. Contribui, na verdade, para que uma visão do conjunto por quem vier a ler o trabalho bem como para o próprio pesquisador ou pesquisador, além de aprimorar as reflexões feitas na pesquisa.

Muitas delas têm como objeto particular as próprias normas de redação científica que são publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, principalmente. Nesses estudos se tem acesso às normas e a exemplos sobre seu uso. Note-se que essa normalização não é uma regra jurídica, que diferentes periódicos podem adotar certas normas de estruturas e que há mesmo alguma discussão em como estruturar os conteúdos. Mas o ponto central é que a normalização em si é considerada, inquestionavelmente uma necessidade sendo seu obrigatório para publicar trabalhos em eventos científicos os mais vários, periódicos públicos e privados e editoras em geral.

Como se vem enfatizando é essencial considerar a NBR 10719:1989 (MEDEIROS, 2021, p. 199 - 202) para elaborar um relatório final de pesquisa de pós-doutoramento. No entanto há especificidades nessa elaboração relativamente à elaboração de relatórios de pesquisa de mestrado e de doutoramento dos quais destaca-se que o texto elaborado no pós-doc não somente descreve – embora isso possibilite fazer reflexões – o estágio de desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Mas o que se tem de fato, é que no caso do pós-doutoramento o pesquisador ou pesquisadora **descreve e reflete sobre o próprio trabalho realizado; produz uma visão de conjunto de todas as atividades realizadas na pesquisa e além disso; é objeto de avaliação ao contrário do resultado em si da pesquisa realizada** como ocorre nos exames de qualificação de mestrado e doutorado nos quais se apresenta um relatório técnico-científico (MEDEIROS, 2021, p. 202).

Portanto, para o autor ou autora da pesquisa se mostra como um momento de busca de **síntese e exatidão**– mencionando ideias gramscianas sobre a produção científica - do próprio trabalho realizado, aprimorando a formação ao nível de pós-doutoramento. Isso só é possível se o conjunto de atividades foi bem desenvolvido e a pesquisa foi, igualmente, bem realizada, até mesmo como uma decisão profissional de quem pesquisou. A ideia é, precisamente, aprimorar-se profissionalmente tanto pelas atividades relacionados ao curso de pós-doutoramento, como pela pesquisa realizada e pela organização de ideias sobre essas atividades através da escrita do relatório técnico-científico ou relatório final de pesquisa.

Enfatiza-se que o estágio pós-doutoral tem no relatório de pesquisa uma fase **conclusiva reflexiva**, ao invés dos relatórios de pesquisa de TCCs, da especialização, do mestrado e do doutorado, nos quais o relatório é uma fase intermediária igualmente reflexiva e que serve ao chamado exame de qualificação (MEDEIROS, 2021, p. 202), nos casos específicos desses dois últimos cursos de pós-graduação. Por isso pode até se dizer sem exageros que não há curso de pós-doutoramento enquanto tal – ou seja, uma formação depois do doutorado - sem a elaboração do respectivo relatório técnico-científico.

Na fase de elaboração do **relatório de estágio** pós-doutoral – enquanto relatório técnico-científico (MEDEIROS, 2021, p. 199 – 202) - o pesquisador ou pesquisadora “responde às seguintes perguntas: O que, Por quê? Para que e para quem? Onde? Como? Com quê? Quando? Quanto? Quem? Com quanto?” (MEDEIROS, 2021, p. 201). Esclarecidos esses pontos, passa-se ao relatório de técnico-científico apresentado e aprovado por unanimidade pelo colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em 13 de fevereiro de 2022, acrescido dessas breves considerações e da certidão emitida pelo PPGE/CE/UFPB, após a aprovação do relatório de

estágio pelo colegiado, como foi mencionado.

O relatório¹ final de pesquisa tem por objeto as “reflexões e produções” mencionadas no parágrafo único, art. 14 da Resolução n. 03/2018 (COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2018, p. 3). Compreendeu-se que delimitar dessa maneira é uma forma exata e sintética de se referir às ações práticas e à elaboração desenvolvidas no estágio pós-doutoral realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e desenvolvido no **Grupo de estudos e pesquisas História da Educação na Paraíba** vinculado à Linha de pesquisa **História da Educação**.

As atividades acima mencionadas, práticas e de elaboração, foram realizadas a partir do projeto de pesquisa intitulado **A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba do Norte: intervenções legislativas, estado, educação e sociedade (1928 – 1930)** e desenvolvido entre os meses de fevereiro de 2021 a março de 2022. Importa inserir nesse relatório final de pesquisa a ideia de que a pesquisa começou antes do período institucional mencionado para desenvolvê-la, após terem sido feitas uma série de iniciativas determinantes para a elaboração do projeto de pesquisa e sua submissão à apreciação do colegiado do PPGE-CE-UFPB.

Em todo o período mencionado, dividido no antes e no depois da aprovação da proposta de pesquisa pelo colegiado do PPGE/UFPB, foram desenvolvidas atividades relativas à pesquisa sobre História Política renovada e sua relação com História da Educação, bem como definiu-se que a pesquisa era, objetivamente, sobre história política paraibana compreendida como história política de um segmento de intelectuais paraibanos comandados por eleitos estaduais paraibanos de 1928 até 1932.

Esse grupo que compôs a décima legislatura **estadual**, republicana, portanto, da Paraíba do Norte, era constituído pelos parlamentares estaduais eleitos em dezembro de 1927 para o que veio a ser a **última legislatura do Período Republicano** e cuja importância deve pela **representação política de milhares de indivíduos**, como também pela **intensa atividade reformista** de amplo alcance estrutural e superestrutural e de **natureza coercitiva e também educativa**. E, embora sejam referenciadas iniciativas legislativas que evidenciam a atividade parlamentar como sendo profundamente reformista, optou-se por buscar o significado histórico da legislatura focando na análise da lei estadual que instaurou um sistema tributário na Paraíba

¹ Esse é, em quase sua totalidade, o texto que foi submetido ao colegiado do Programa de pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba e que foi aprovado por unanimidade no dia 13 de maio de 2022 (Cf. ANEXO XIV, pós-textual). Foram feitas pequenas alterações e breves acréscimos na forma e no conteúdo para tornar o texto um *e book* com leitura mais fácil.

do Norte a partir de 17 de setembro de 1928.

O objetivo da pesquisa foi, justamente, buscar uma resposta histórica que explicasse o porquê da intensa atividade parlamentar com essa natureza reformista considerando-se, no caso dessa pesquisa, que essa atividade parlamentar **não ocorreu por simples vontade pessoal e voluntarista de legislar, mas como “vontade coletiva e vontade política[modernas], [...] como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real”** (GRAMSCI, 2000, p. 17, grifo nosso). Por isso mesmo se pode compreender que na ação legislativa reformista produto da ação política dos parlamentares paraibanos de 1928 a 1930, e em qualquer ação política, **existe um certo significado histórico** o que implica inclusive dizer que mesmo quando são ações políticas eminentemente voluntaristas, tais ações não escapam à possibilidade de compreensão histórica.

A **metodologia** formulada e posta em prática foi simples, mas condicionada pelo contexto de medidas sanitárias preventivas contra a pandemia da COVID-19. Esse condicionamento ocorreu na forma de interdição do acesso à documentação em suporte papel arquivada no Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, durante a maior parte da fase de pesquisa documental prevista no plano de trabalho de estágio pós-doutoral de fevereiro de 2021 a janeiro de 2022 (com prorrogação de 45 dias solicitada em fevereiro de 2022 por causa do recesso ou férias da UFPB no mês de janeiro do mesmo ano 2022).

Felizmente, nas últimas semanas de novembro e de dezembro de 2021, antes do recesso parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba se pode pesquisar no referido acervo, poucos dias e num único turno, alcançando-se resultados muito satisfatórios porque **referenciaram** a atividade parlamentar estadual de 1928 a 1930 pela obtenção de dados cronológicos exatos e outras informações sobre que permitiram corrigir erros sobre a atividade parlamentar escolhida para ser analisada, bem como observar sua tramitação na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba do Norte, até então apenas deduzida logicamente por determinações legais constitucionais estaduais paraibanas para que ocorresse.

As ideias sobre os passos metodológicos a serem dados foram, de modo geral, os seguintes. Obter **informações factuais**² em obras já publicadas que registrassem a atividade de parlamentares estaduais paraibanos e de políticos estaduais do Poder Executivo também paraibano; proceder à própria pesquisa documental; participar de cursos e eventos para os quais foram elaborados resumos da comunicação oral, bem como submeter à publicação de comissões organizadoras, textos completos a serem publicados em anais de tais eventos científicos com diferentes naturezas.

Essas atividades foram diversificadas, tendo sido realizados desde cursos de curta duração de EAD e seminário, como também se participou de um simpósio nacional e um congresso internacional, nos quais se apresentou os resultados da pesquisa. Esses passos não foram necessariamente sequenciais e uma atividade propriamente de sistematização textual condicionou a outra até se obter o texto final da pesquisa.

Assim foi feito quando se conseguiu, primeiramente, informações factuais constantes em obras já publicadas, informações essas tanto de conteúdo empírico como das fontes históricas desses conteúdos sendo que nessas fontes históricas também se observou a existência de informações importantes como datas e ações realizadas por políticos. Pode-se dizer que num segundo momento simultâneo a esse, procedeu-se à consulta de acervo digital disponível eletronicamente na internet após a descoberta de fontes históricas praticamente por acaso já que, pelo fato de tudo indicar que no conjunto disponível de jornais digitalizados não havia sequer a possibilidade de divulgação de atividade parlamentar estadual paraibana, esse conjunto de edições do jornal **A União**, de janeiro a junho de 1928, havia sido desconsiderado como fontes históricas.

Bom, em termos mais práticos do desenvolvimento da pesquisa, esses arquivos digitais jornalísticos foram consultados após ter sido desenvolvido um texto – **o primeiro de uma série de quatro com aprimoramentos de conteúdo, de forma e também de formatação em acordo com as exigências para submissão de publicação** - que já foi publicado nos anais de um evento nacional de História. Esse primeiro texto deu corpo e consistência ao desenvolvimento da pesquisa planejada e, ao mesmo tempo, liberou a atividade de pesquisar no sentido de insistir em ampliar o espectro do material pesquisado mesmo que, repito, as referências bibliográficas indicassem claramente a falta de necessidade de pesquisar num conjunto de arquivos digitais que se pensava serem anteriores ao início da décima legislatura

² A expressão “informações factuais” (JEANNENEY, 1996, p. 214) consta no texto desse autor citado, texto esse sobre mídia e política, sendo que a referida expressão não é tem citação como categoria teórico- metodológica.

estadual paraibana em 1928 e, por isso mesmo, não haver nesse conjunto de arquivos digitais o registro da atividade parlamentar delimitada como tema para a essa pesquisa.

Mas a atividade de pesquisa documental sobre a atividade dos parlamentares estaduais paraibanos, procurando-se perceber as informações de documentos arquivísticos de maneira objetiva (HOBBSAWN, 1998, p. 7-11) e “moderno” ou “iluminista” (FLAMARION, 1997, p. 3), numa certa oposição crítica ao que estabelece P. Ricoeur (2007, p. 188-192) a respeito da abordagem de documentos de arquivo e suas informações, já que que esse último autor apegasse somente à discursividade ³² do historiador e do testemunho sobre tais documentos/informações sem considerar a dimensão factual objetiva do que é informado no documento, mostrou algo diferente do que se deduzia com base em informações cronológicas e outras já publicadas.

Note-se que o número relativamente grande de edições jornalísticas em suporte eletrônico – seis meses de edições diárias – não foi um problema. O que dificulta a consulta desse material jornalístico específico é o fato de que para se fazer a leitura da versão digitalizada dependendo-se do estado da conservação do documento digitalizado e da aplicação do recurso de ampliação. Como a imagem gerada da página impressa é necessariamente menor do que o original impresso em papel, com a escrita muitas vezes em estado de conservação desgastado, para se fazer sua leitura é preciso recorrer à ferramenta do *zoom*. Porém o uso desse recurso importante implica em aumentar a imagem dos caracteres da escrita impressa ao ponto de fragmentá-la e, claro, torna-la ilegível. Há a possibilidade do uso de monitor TV, o que é uma saída que requer adaptações, organização de espaço para a leitura (o leitor deve ficar próximo ao monitor, obviamente), etc.

Bem, quanto à abordagem em geral foi histórica e interdisciplinar, com contribuições das áreas de Filosofia e Direito, objetivando responder à questão sobre o sentido histórico da atividade parlamentar e, ao mesmo tempo, procurar perceber se as afirmações sobre a relação entre ação política legislativa estadual e criação de leis mostravam evidências de **natureza** não somente coercitiva, mas também educacional, vale dizer, criativas e intelectuais, portanto.

Para responder àquela questão central formulada sobre o sentido da ação política dos parlamentares estaduais da Parahyba do Norte foi preciso rever pensamentos até

³ Para P. Ricoeur (2007, p. 191, grifo nosso), “o **referente** é simétrico do falante, a saber, o historiador e, antes dele, a testemunha presente a seu próprio testemunho”. Essas ideias são, na verdade, um conjunto empobrecedor em termos teóricos por reduzir a ação humana ao discurso oral ou ao registro escrito, que é sem dúvida essencial, mas não suficiente, já que se deve buscar nesse discurso uma dimensão objetiva dada pela sua relação com um fato ou com uma relação social histórica e realmente existida ou existente.

possivelmente cristalizados sobre a histórica econômica paraibana, sobre história econômica brasileira e mesmo vencer barreiras surgidas nesse contexto atual onde o reacionarismo se expressa em ideias neofascistas e no tradicionalismo liberal, investindo na valorização do conhecimento e do pensamento científicos e buscando referências teóricas explicativas das da atividade criativa de normas jurídicas que não foram mencionadas no projeto de pesquisa buscando relacionar de maneira pertinente e substancial, a atividade política legiferante com as noções de direito positivo, cultura e a educação. Resumindo esse último aspecto, se desenvolveu na pesquisa a ideia de que a atividade parlamentar criadora de leis integra, como parte de superestruturas jurídico-políticas, a cultura histórica de uma sociedade.

O desenvolvimento dessa ideia teve aporte na atividade parlamentar e política paraibana estadual em geral realmente acontecida inserida na longa duração da história da sociedade paraibana e brasileira, na Teoria geral do Direito e do Direito Constitucional e, de maneira muito genérica mas ao mesmo tempo exata, sobre cultura e educação, consultando obras de especialistas além de léxico de Filosofia, o que foi muito relevante.

No que se refere ao conjunto de atividades ligadas ao estágio pós-doutoral, foram as seguintes:

1. Interlocução constante com o supervisor no sentido de conferir funcionalidade e aprimoramento ao desenvolvimento do projeto de pesquisa, tanto no que diz respeito às atividades a serem realizadas quanto aos procedimentos juntos ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba;
2. Participação certificada no curso **Conhecendo o Poder Legislativo**, com carga horária de 20 horas, *on line*, realizado dentro do Programa de Capacitação e Desenvolvimento Profissional da Escola do Legislativo da Paraíba da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, de 09 de abril a 10 de maio de 2021.⁴
3. Participação certificada no seminário **Poder Legislativo: o papel das consultorias e assessorias legislativas**, realizado pela ALESF – Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal, com carga horária de 2,5 h., ao vivo e *on line*, no dia 9 de abril de 2021, São Paulo, SP.⁵
4. Realização com aprovação certificada pelo Instituto Legislativo Brasileiro do

⁴ Cf. ANEXO II, pós-textual.

⁵ Cf. ANEXO III, pós-textual.

Senado Federal, na modalidade a educação à distância, do curso sem tutoria **Doutrina Política: Liberalismo -Turma 1**, no período de 6 de maio de 2021a 9 de junho de 202, com carga horária de 20 horas/aula.⁶

5. Realização com aprovação certificada no Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal, na modalidade à de educação à distância, do curso sem tutoria sobre **Introdução ao Direito Constitucional - Turma 1**, no período de 10 de junho de 2021 a 10 de julho de 2021, com carga horária de 40 horas/aula.⁷
6. Participação certificada como ouvinte no **31º Simpósio Nacional de História: História, Verdade e Tecnologia**, promovido pela Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil, ocorrido em formato virtual entre os dias 19 e 23 de julho de 2021, com carga horária total de 30 horas de atividades.⁸
7. Apresentação certificada⁹ do trabalho **A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: intervenções legislativas, estado e sociedade (1928 – 1930)**, no Simpósio Temático ST 082. História Política: conceitos, métodos e suas múltiplas experiências, que integrou a programação do **31º Simpósio Nacional de História: História, Verdade e Tecnologia**, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, ocorrido em formato virtual entre os dias 19 e 23 de julho de 2021.
8. Publicação do resumo **A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: intervenções legislativas, estado e sociedade (1928 – 1930)** no **Caderno de Resumo** do 31º Simpósio Nacional de História: História, Verdade e Tecnologia, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH - Brasil, ocorrido em formato virtual entre os dias 19 e 23 de julho de 2021 (ARAÚJO, 2021a, p.1405-1406).
9. Publicação do texto completo **A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: intervenções legislativas, estado e sociedade (1928 – 1930)**, com formatação específica, nos **Anais Eletrônicos** do 31º Simpósio Nacional de História: História, Verdade e Tecnologia, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH - Brasil, ocorrido em formato virtual entre os dias 19 e 23 de julho de 2021 (ARAÚJO, 2021b, p. 1-17).

⁶ Cf. ANEXO IV, pós-textual.

⁷ Cf. ANEXO V, pós-textual.

⁸ Cf. ANEXO VI, pós-textual.

⁹ Cf. ANEXO VII, pós-textual.

10. Apresentação certificada¹⁰ de comunicação oral **A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: intervenções legislativas, estado e sociedade (1928 – 1930)**, no Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras, realizado na forma *on line* pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2021, sessão de apresentação: 19 de outubro de 2021, 14h-17h.
11. Publicação certificada¹¹ de texto completo **A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: intervenções legislativas, estado e sociedade (1928 – 1930)**, com formatação específica, nos Anais do V Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras, realizado na forma *on line* pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2021.
12. Publicação (ARAÚJO, 2021d) e lançamento¹² da segunda edição do *e-book* **Os parlamentares estaduais, o golpe de estado e a organização da ditadura militar no Brasil (1964 – 1969)**, ISBN 978-65-00-30355-1, durante o V Congresso Internacional História, Regiões **paraibanos** e Fronteiras, em 19, 20 e 21 de outubro de 2021, evento *on-line*.
13. Publicação da segunda edição do *e-book* **História e memória dos servidores públicos legislativos estaduais paraibanos: formação, desenvolvimento e organização política (1835 – 2021)** (ARAÚJO, 2021c). O livro é uma reflexão histórica contextualizada e com referências centrais sobre a memória social a respeito de como se formou e, principalmente, se organizou, a partir

¹⁰ Cf. ANEXO VIII, pós-textual.

¹¹ Cf. ANEXO IX, pós-textual.

¹² Cf. ANEXO X, pós-textual.

da década de 1980, a categoria de pessoas assalariadas de classe média ligadas ao processo legislativo na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, vale dizer, relacionada ao que se denomina de assessoria legislativa (que é a atividade institucional de assessorar parlamentares como um todo) que é diferente de assessoria parlamentar (que equivale ao trabalho de assessorar um ou uma parlamentar, especificamente).

14. Pesquisa documental (MEDEIROS, 2021 , p. 69 - 70) no acervo do **Arquivo Digital A União Década de 1920** (A UNIÃO... 1928) , ano de 1928, meses de janeiro a junho, como **evidenciam** documentos citados e constantes nas referências bibliográficas e documentais do texto final da pesquisa e publicado como capítulo 3 do e- book **História e política: pensamentos constitutivos e críticos (2)**, pela Atena Editora e no artigo submetido à Revista HISTEBR *On line*, ambos em coautoria com o supervisor, professor Jean Carlo de Carvalho Costa.
15. Pesquisa documental (MEDEIROS, 2021 , p. 69 - 70) no acervo do Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba como mostram documentos citados e constantes nas referências bibliográficas e documentais do texto final da pesquisa e publicado como capítulo 3 pela Atena Editora e no artigo submetido à Revista HISTEBR *On line*, ambos em coautoria com o supervisor, professor Jean Carlo de Carvalho Costa.
16. Enviado para submissão¹³ como determina o art. 14 da Resolução 03/2018 de 20 setembro de 2018, de artigo com formatação específica e em coautoria com supervisor, intitulado **Ação estatal legislativa, educação e sociedade na Parahyba do norte (1928 – 1930)**, professor Jean Carlo de Carvalho Costa, na Revista HISTEDBR *On line*, classificação A3, “provisória” por parte da CAPES, relativamente à classificação anterior que era B1 (BIBLIOTECA..., 16 de fevereiro de 2002; AVALIAÇÃO...07 de agosto de 2019).
17. Publicação, como determina o art. 14 da Resolução 03/2018 de 20 setembro de 2018, em coautoria com o supervisor do estágio pós-doutoral, professor Jean Carlo de Carvalho Costa, do capítulo A Assembleia Legislativa do Estado da

¹³ Cf. ANEXO XI, pós-textual;

Parahyba do Norte: intervenções legislativas, estado e sociedade (1928 – 1930), no *e-book História e política: pensamentos constitutivos e críticos (2)*, organizado por Denise Pereira e Karen Fernanda Bertoloti, 2022, Atena Editora, editora com comissão editorial e de circulação nacional, como exige o art. e também internacional, em fevereiro de 2022 (ARAÚJO, COSTA, 2022, p. 25-45). Esse *e-book* está amplamente disponível através de quinze indexadores ou plataformas digitais, nacionais e internacionais, públicas e privadas, incluindo o EduCapes.

18. Obtenção de parecer **favorável** do supervisor do estágio pós-doutoral, professor doutor Jean Carlo de Carvalho Costa (2022) ao relatório de estágio pós-doutoral.¹⁴

Estas foram, pontualmente, as atividades relacionadas à realização do estágio pós-doutoral com o tema mencionado. Todas tiveram importância específica e relacionaram-se para perceber como desenvolver e proceder sua análise. A seguir, se dá prosseguir a elaboração desse relatório de estágio pós-doutoral (BRASIL, 2018, p. 3) através da elaboração dos resumos em português, inglês e espanhol dos resultados da pesquisa, cuja atividade central foi, como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento de um projeto de pesquisa (MEDEIROS, 2021, p. 31-32; 199-202) e **aprovado** pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Em 18 de maio de 2022, pouco mais de um ano dessa aprovação, **o relatório final de pesquisa foi aprovado pelo mesmo colegiado**.¹⁵ A pesquisa ocorreu, portanto, praticamente dentro do prazo estabelecido no plano de trabalho que integrou o projeto de pesquisa.

¹⁴ Cf. ANEXO XII, pós-textual.

¹⁵ Cf. ANEXO XIII, pós-textual.

RESUMO

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)

Esta pesquisa se refere à ação política criadora de leis estaduais por parte dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, de 1928 a 1930, um período da última legislatura da chamada República Liberal (1889 a 1930). A questão que se procura responder é qual o significado histórico dessa ação política. A abordagem do tema foi dentro das ideias que constituem a História Política renovada, fazendo uso dos métodos histórico e dialético. Metodologicamente desenvolveu-se o uso de informações factuais e a consulta de fontes históricas relativas à própria ação parlamentar estadual mencionada concentrando-se na legislação tributária aprovada em 14 novembro de 1928, sem perder de vista, no entanto, a consideração de um certo conjunto mais significativo de deliberações dos parlamentares estaduais da Parahyba do Norte eleitos em dezembro de 1927 que, tal qual os políticos em geral, são compreendidos como um segmento da categoria mais abrangente dos intelectuais. Percebeu-se que o fato histórico e político da aprovação da referida lei tributária relacionou-se a um processo histórico reformista e modernizador de estruturas coloniais remanescentes intra-regionais, com desdobramentos nacionais, repleto de lutas sociais, políticas e impacto econômico. Essas estruturas já vinham sendo afetadas pelo desenvolvimento da cultura do algodão desde pelo menos meados da década de 1910, tendo tido em 1923 um marco importante devido à mudança no destino comercial da maior parte da produção algodoeira paraibana que passou a ser comercializada pelo porto de Cabedelo ao invés do porto de Recife, e tendo como destinação final, principalmente, o mercado interno brasileiro. Por fim, conclui-se que, historicamente, os políticos paraibanos estaduais contribuíram para instaurar um padrão novo nas relações entre estado, economia e sociedade, padrão esse reformista e intervencionista, bem como relacionado a um processo de descolonização interior, cujo sucesso se deveu também à transmissão cultural-educativa a respeito da importância da legislação tributária aprovada que se somou aos aspectos propriamente coercitivos relacionados à criação e execução do direito positivo criado pelos legisladores estaduais paraibanos.

Palavras-chave: História. Política. Legislação. Educação. Sociedade.

ABSTRACT

THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF THE STATE OF NORTH PARAHYBA: STATE, LEGISLATIVE INTERVENTIONS, EDUCATION AND SOCIETY (1928 – 1930)

This research refers to the political action that created state laws by the deputies of the Legislative Assembly of the State of North Parahyba, from 1928 to 1930, a period of the last legislature of the so-called Liberal Republic (1889 to 1930). The question we seek to answer is what is the historical meaning of this political action. The approach to the theme was within the ideals that constitute the renewed Political History, making use of historical and dialectical methods. Methodologically, the use of factual information and the consultation of historical sources related to the aforementioned state parliamentary action was developed, focusing on the tax legislation approved on November 14, 1928, without losing sight, however, of the consideration of a certain set more significant part of the deliberations of the state parliamentarians of Parahyba do Norte elected in December 1927 who, like politicians in general, are understood as a segment of the broader category of intellectuals. It was noticed that the historical and political fact of the approval of the referred tax law was related to a reformist and modernizing historical process of intra-regional remaining colonial structures, with national consequences, full of social, political struggles and economic impact. These structures had already been affected by the development of cotton culture since at least the mid-1910s, having had an important milestone in 1923 due to the change in the commercial destination of most of the cotton production in Paraíba, which started to be marketed by the port of Cabedelo. instead of the port of Recife, and having as final destination, mainly, the Brazilian domestic market. Finally, it is concluded that, historically, state politicians from Paraíba contributed to establish a new pattern in the relations between state, economy and society, a pattern that reformist and interventionist, as well as related to a process of interior decolonization, whose success was also due to to the cultural-educational transmission regarding the importance of the approved tax legislation, which was added to the strictly coercive aspects related to the creation and execution of the positive law created by the state legislators of Paraíba.

Keywords: History. Policy. Legislation. Education. Society.

RESUMEN

LA ASAMBLEA LEGISLATIVA DEL ESTADO DE PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENCIONES LEGISLATIVAS, EDUCACIÓN Y SOCIEDAD (1928 – 1930)

Esta investigación se refiere a la acción política que creó las leyes estatales por parte de los diputados de la Asamblea Legislativa del Estado de Parahyba do Norte, de 1928 a 1930, período de la última legislatura de la llamada República Liberal (1889 a 1930). La pregunta que buscamos responder es cuál es el significado histórico de esta acción política. El abordaje del tema estuvo dentro de los ideales que constituyen la Historia Política renovada, haciendo uso de métodos históricos y dialécticos. Metodológicamente, se desarrolló el uso de información fáctica y la consulta de fuentes históricas relacionadas con la citada actuación parlamentaria estatal, centrándose en la legislación tributaria aprobada el 14 de noviembre de 1928, sin perder de vista, no obstante, la consideración de cierto conjunto más significativo. parte de las deliberaciones de los parlamentarios estatales de Parahyba do Norte elegidos en diciembre de 1927 que, como los políticos en general, son entendidos como un segmento de la categoría más amplia de los intelectuales. Se percibió que el hecho histórico y político de la aprobación de la referida ley tributaria estuvo relacionado con un proceso histórico reformista y modernizador de remanentes de estructuras coloniales intrarregionales, con consecuencias nacionales, lleno de luchas sociales, políticas e impacto económico. Estas estructuras ya habían sido afectadas por el desarrollo de la cultura del algodón desde por lo menos mediados de la década de 1910, habiendo tenido un hito importante en 1923 debido al cambio en el destino comercial de la mayor parte de la producción de algodón en Paraíba, que pasó a ser comercializada por el puerto de Cabedelo, en lugar del puerto de Recife, y teniendo como destino final, principalmente, el mercado interno brasileño. Finalmente, se concluye que, históricamente, los políticos estatales de Paraíba contribuyeron a establecer un nuevo patrón en las relaciones entre Estado, economía y sociedad, patrón reformista e intervencionista, así como relacionado con un proceso de descolonización interior, cuyo éxito fue también por la transmisión cultural-educativa sobre la importancia de la legislación tributaria aprobada, que se sumó a los aspectos estrictamente coercitivos relacionados con la creación y ejecución del derecho positivo creado por los legisladores del estado de Paraíba.

Palabras clave: Historia. Política. Legislación. Educación. Sociedad.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	24
DESENVOLVIMENTO	35
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	44
ANEXOS	47
AGRADECIMENTOS	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Entende-se que **conceituar** relatório de pesquisa seja “crucial” à semelhança do que entendeu J. Le Goff (1994, p. 423) ao iniciar a análise histórica sobre a memória em Ciências Humanas. No caso desse relato de pesquisa ele é uma associação de forma e conteúdo considerado o que se normaliza como relatório técnico-científico de pesquisa científica, principalmente, e também, relatório de pesquisa para exame de qualificação (MEDEIROS, 2021, p. 31-32; 199-202), ressaltando que relativamente ao que se compreende sobre esse último guarde a distância, **essencial**, de se referir a atividades de pesquisas já concluídas.

Enfatiza-se que no caso desse texto relatorial essa conceituação se faz necessária para orientar sua própria elaboração bem, como sua leitura, sua análise, sua avaliação e seu **alcance educacional**. Portanto, ressalta-se que não se pretende fazer equivaler esse relatório de pesquisa de um estudo de caso com uma pesquisa de abrangência muito mais ampla e, sem dúvida, muito mais divulgada, lida importante para o desenvolvimento de estudos os mais variados como é a obra **História e memória** de Jacques Le Goff (1994).

Além disso, importa ressaltar que esse texto relatório de estágio é eminentemente técnico no sentido de algo que foi objeto de normalização, o que é outra diferença relativamente ao trabalho de Jacques Le Goff citado acima – apenas uma referência dentre a infinitude de trabalhos que valorizam a conceituação do tema tratado - e diz respeito a uma atividade que se pretende **científica** (MEDEIROS, 2021, p. 32-35), ou seja, relata uma atividade de produção de conhecimento desenvolvido com método, fundamentada em termos empíricos e referenciada teoricamente. Em termos de normalização técnica esse tipo de relato encontra respaldo na NBR 10719:1989 (MEDEIROS, 2021, p.199 - 202).

Em termos **tipológicos** a pesquisa é “factual” porque o “tratamento empírico à realidade é [considerado] uma necessidade, para tomar como aceitável apenas o que tem comprovação factual” (MEDEIROS, 2021, p. 32-33). São exemplos dessa comprovação factual os resultados obtidos na pesquisa que mostram o **sentido transformador de estruturas coloniais remanescentes existentes na região da Parahyba do Norte**, estado e sociedade, conferindo a essa transformação a natureza de **descolonização interior** (MARTINS, 1990, p. 51-66), cuja base material principal, mas nem remotamente exclusiva, foi o crescimento da produção, beneficiamento e comércio do algodão para o mercado interno, e também externo, no conjunto do período de 1915 a 1930 (GALIZA, 1993, p. 98-100); a própria **revalorização** da importância do **mercado interno paraibano** que esteve **sim em disputa nas contendas de 1928 o que**

desfaz a ideia da sua fragilidade à época e cuja dinâmica também foi reorganizada pela indução à incorporação de mercadorias por vias marítimas após a reforma tributária; a compreensão do incremento da arrecadação estadual como prenúncio de um novo padrão nas relações estados e sociedade de natureza **intervencionista** em oposição ao proclamado liberalismo vigente na Primeira República; e as próprias ações políticas de criação do direito positivo (ABAGNANO, 2007, p. 278), tributário, especificamente, em novembro de 1928 tendo sido **aprovado** pela Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte e sancionado nesse mesmo mês de novembro; as ações políticas interinstitucionais dos Poderes Executivo e Legislativo paraibanos no sentido de tomar essa legislação socialmente reconhecida e também de fazendo dela uma “norma de cultura” (REALE, 2001, p. 109); bem como a aprovação da Constituição Estadual do Estado da Parahyba em 27 de setembro de 1930, corroborando o reformismo jurídico-político característico da décima legislatura.

Quanto ao objetivo esse relatório de estágio poder ser classificado como sendo “explicativo”, ou seja, é uma atividade investigativa que “registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas” (MEDEIROS, 2021, p. 33). Já a ideia de classificar estudo científicos em áreas do conhecimento é acolhida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), um órgão nacional de gestão da pesquisa científica brasileira (MEDEIROS, 2021, p. 57). Portanto, essas operações classificatórias da produção científica não devem ser compreendidas como mero burocratismo, mas sim uma iniciativa no sentido de compreender a complexidade da “função intelectual” (GRAMSCI, 2001, p. 19) no Brasil.

Além disso, e até mesmo considerando um certo contexto obscurantista no qual estamos inseridos atualmente no Brasil, importa mencionar que houve sim um planejamento de uma “pesquisa científica objetiva fundamentalmente contribuir para a evolução do conhecimento” (MEDEIROS, 2021, p. 33) efetivado através de um projeto de pesquisa com também de um plano de trabalho constante nesse projeto de pesquisa, como exigências constantes de solicitação de estágio pós-doutoral nos art. 3º e art. 8º, inciso IV da Resolução 03, de 20 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018).

A pesquisa planejada e desenvolvida é do tipo **pesquisa qualitativa** muito mais pelo uso do método histórico-antropológico, ou seja, pela natureza histórica, social e cultural dos acontecimentos e processo a e eles relacionados¹⁶, já que se procurou perceber “os aspectos

¹⁶ Sobre a pesquisa qualitativa sabemos que o materialismo histórico e dialético clássico, por exemplo, defende a existência de um único método para as ciências naturais e humanas e não entraremos aprofundaremos essa discussão. Por enquanto, entende-se que o desenvolvimento científico de estudos é possível dentro do paradigma moderno ou iluminista (HOBBSAWN, 1998, p. 7-11) e “moderno” ou “iluminista” (FLAMARION, 1997, p. 3).

específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que ocorrem” do que pelo uso do método clínico presente, por exemplo, numa certa descrição dos membros da décima legislatura (CHIZZOTI, 2014a, p. 79 *apud* MEDEIROS, 2021, p. 58) **objetivando perceber o significado histórico da atividade política parlamentar estadual de 1928 a 1930**, ou seja, uma realidade política condicionada historicamente e desenvolvida e tendo como um dos principais, senão o principal protagonista, a chamada “classe política” estadual paraibana da época que desenvolvendo ações ligadas à “pequena política” respondia a dinâmicas da “grande política [ou seja,] à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais [e também institucionais do tipo jurídico-políticas, entende-se]” (GRAMSCI, 2000, p. 21-23), ao longo da curta duração ou do(s) acontecimento(s), condicionada pela conjuntura da década de 1920 que foi relacionada, nos termos da História Política renovada, com o processo histórico de longa duração (JULLIARD, 1986, p. 180-196; NORA, 1993, p. 7-28; RÉMOND, 1996, p. 13-36; RÉMOND, 1996, p. 441-450; BURKE, 1992, 346-347; BOURDÉ, MARTIN, 2021, p. 337-360; JANCSÓ, 1997, p. 387-437; 487-488; 503; OLIVEIRA, 1985; GALIZA, 1993; CANO, 2012, p. 79-90).

Nesse sentido, enfatiza-se, não se buscou somente causas para atividade parlamentar, principalmente, o significado histórico daquela atividade parlamentar estadual paraibana de 1928 a 1930 usando-se as técnicas do estudo de caso e análise de conteúdo (MEDEIROS, 2021, p. 58-59).

Assim, destaca-se que se buscou relacionar acontecimentos sobre o quais não há produção específica alguma, quais sejam, as ações institucionais dos parlamentares estaduais do estado da Paraíba do Norte no período de 1928 a 1930, período esse que correspondeu à décima legislatura estadual da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba do Norte, com um processo histórico secular ou de longa duração cujas origens remontam a fatos da História da Paraíba do fim século XVIII e começos do século XIX, precisamente, em 1799 e 1809, quando foi retomada a autonomia da capitania da Paraíba do Norte e foi instalada em território dessa capitania um órgão de arrecadação instalado na vizinha capitania de Pernambuco sob o domínio da qual a capitania paraibana esteve de 1755 a 1799 (OLIVEIRA, 1985).

Entende-se que essa originalidade está diretamente relacionada à diminuição e desprestígio de estudos de História Política – e ainda mais de estudos sobre fatos políticos relacionados a atividade de membros eleitos de instâncias governamentais – que tornou o acontecimento e, por extensão, o acontecimento político desprestigiado, tradicional e ultrapassado como objeto de estudo, assemelhado às “espumas das ondas das correntes profundas” na famosa metáfora de F. Braudel (BARROS, 2012, p. 9). No entanto, René Rémond

e outros autores (FERREIRA, p. 7), bem como P. Burke (1992, 346-347) e já nos informaram através de seus estudos tanto o valor do acontecimento como do acontecimentopolítico no processo histórico, sobre a necessidade de abordá-lo na longa duração bem como sobre a injustificada justaposição de natureza binária e dicotômica entre acontecimento e estruturas no processo histórico.

A justificativa **social** para se estudar a atividade de um grupo de indivíduos tão pequeno como os trinta parlamentares eleitos em 30 de dezembro de 1927 para exercer mandatos eletivos na décima legislatura de 1928 a 1932 está no fato desse indivíduos terem sido eleitos por um conjunto muito amplo da população constituído pelo **eleitorado paraibano** e no alcance das suas deliberações que **atingem toda a população estadual**.

No caso da legislação selecionada, aquela que criou um sistema tributário em novembro de 1928, ela foi um dos acontecimentos político-jurídico mais significativos da atividade parlamentar estadual de 1928 a 1930, uma necessidade histórica da “grande política” e produto mesmo da “pequena política”, ou seja, da atividade parlamentar cotidiana (GRAMSCI, 2000, p. 21), como aliás não poderia deixar sê-lo.

O preenchimento dessa lacuna por essa pesquisa factual, explicativa e qualitativa, como já se mencionou, procura tem outro ponto norteador, qual seja, o papel indiscutivelmente mais amplo e essencial das **instituições** – no caso desse estudo, instituições jurídico-políticas estaduais paraibanas, legislativa e também executiva - e da **política**, vale dizer, do estado, nas sociedades contemporâneas (RÉMOND, 1996, p. 448- 450; NORTH, 1990; NORTH, 1998; NORTH, 2005 *apud* BOSCHI, GAITÁN, 2008, p. 311-321), no que estão incluídos, decerto, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba do Norte e ações institucionais em geral dos parlamentares estaduais eleitos em 30 de dezembro de 1927 (ASSEMBLÉA..., 1º de março de 1928, p. 2).

A justificativa está também nos ataques recentes por forças sociais à política e à democracia analisados, por exemplo, em **Como morrem as democracias** (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Essa dinâmica de ataques intensos e mesmo violentos ao chamado estado de direito – mesmo que em parte apenas um ideal - por parte de setores organizados da sociedade se verifica também na sociedade brasileira através de formas antidemocrática, reacionária e, em termos da história do liberalismo, tradicionalista “que em nosso país [e não somente no Brasil] foi e foi “lamentavelmente entendido como única forma de conservadorismo” (PAIM, 2018, p. 81).

Todos esses fatos, processos e considerações remetem à necessidade de se desenvolver

estudos sobre o que René Rémond (1996, p. 441; 448) denominou de “o político” e as instituições políticas a ele relacionadas no sentido de perceber a relação dialética entre acontecimento e estruturas resolvida a oposição binária essas duas categorias”(SAHLINS, 1985, *apud* BURKE, 1992, p. 346-347).

Enfatiza-se que, do ponto estritamente científica, a justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa de História política se ancora seguramente nas imensas possibilidades de estudos das sociedades complexas contemporâneas, no próprio crescimento da importância do estado nessas sociedades contemporâneas, vale dizer, no centro dinâmico histórico do qual emana a atividade política e para o qual se dirigem as ações coletivas contemporâneas das massas mobilizadas ações essas que resultaram na formação, por exemplo, dos estados e nacionalidades (RÉMOND, 1996, p. 19-21).

Somam-se a essa argumentação, aquelas contidas nos trabalhos do economista institucional estadunidense, Douglass North, que “delinearam a íntima relação entre economia e política” [e a compreensão de que] “não há possibilidade de se explicar o desempenho das sociedades sem levar em conta a relação entre ambas as esferas [no caso, entre política e sociedade]” (1990;1998; 2005 *apud* BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 311, 321). Esses mesmos autores citados, F. Gaitán e R. Boschi (2008, p. 311), também mencionam que esses estudos do economista institucional estadunidense concluíram pela centralidade das instituições político-partidáriasno sentido de mediar e resolver interesses conflitantes pela participação dos vários atores organizados e interessados na atuação política.

Ora, um processo de otimização da instituição partidária e da dinâmica institucionalna Parahyba do Norte parece-nos que esteve presente no primeiro período republicano e se desenvolveu de maneira não linear como parte e nos limites do processo de estabelecimentoda hegemonia liberal oligárquica epitacista quando, em 1916, o Partido Republicano da Parahyba do Norte foi reorganizado,

Visando maior participação de todas as áreas do Estado nas decisões do Partido, ficou estabelecido que os delegados dos municípios na Convenção seriam os chefes locais, representando uma interiorização do partido, além de valorizar a participação dos próprios coronéis. (FERREIRA, 1996, p. 116-117)

Esse é um dos bons resultados dessa pesquisa já que se pode afirmar com toda segurança que o reformismo jurídico-político de 1928 a 1930 esteve estritamente relacionado a essa

reorganização do partido político do qual faziam parte que operou não somente via instituições de estado e encobrindo contradições sociais presentes na Parahyba do Norte, que tiveram expressão política institucional justamente naqueles grupos, inclusive epitacistas, que mesmo conseguindo uma certa composição inicial na sucessão presidencial de 1927 a 1928, possivelmente permitindo o desenvolvimento inicial de um **inimigo** comum externo, qual seja, os interesses econômicos presentes em Pernambuco, Ceará e no Rio Grande do Norte, se desenvolveram intensa e explicitamente em 1930, durante as eleições federais, e após o movimento revolucionário de outubro desse mesmo ano de 1930.

Portanto, a operação por parte do estado burguês mencionada por P. Martins (1990, p. 60-65) de encobrir contradições sociais presentes nessas sociedades estaduais e interestaduais realmente teve existência. Mas é preciso aprofundar e dizer, na linha mesmo dessa abordagem, que essa operação foi **histórica**, ou seja, não escapou da necessidade de se adaptar e ter que lidar com conflitos sociais de intensidade e profundidade que não podem ser minimizados pela análise das Ciências Humanas e Sociais. Os fatos dramáticos que se desenvolveram de 1928 em diante, coletivos, individuais e pessoais, como os assassinatos com de João Pessoa em 1930, a Revolta de Princesa também em 1930, as perdas de disputas políticas e de poder desde 1927/1928 dos grupos epitacistas alinhados a padrões coloniais remanescentes, a aprovação do sistema tributário de novembro 1928 pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, são os acontecimentos que evidenciam esse processo de modernização e aprofundamento da emancipação política de 1822 ou do processo de descolonização interior.¹⁷

Sem essa reforma a ideia de que, por exemplo, o novo sistema tributário de 1928 era medida benéfica para todo o estado e não somente para a capital teria enfrentado grande resistência muito superior àquela que foi, de fato, observada, resultando na divisão da oligarquia epitacista em 1930 e nos conflitos militares conhecidos como Revolta de Princesa. Tanto a lei tributária de 1928 como própria constituição estadual paraibana de 1930 foram mantidas após os eventos de outubro desse mesmo ano, o que mostra como a afinidade do ordenamento jurídico maior estadual com os novos tempos deflagrados pelo movimento revolucionário do qual passou a fazer parte, ao longo da década de 1930, o intervencionismo estatal como princípio constitucional federal criando um outro estado (BRASIL, 1930; CANO 2015, p. 444-460.).

¹⁷ Talvez esse processo de descolonização interior operado nesses termos da ação política estatal ainda esteja em curso. Um pequeno exemplo dessa possibilidade pode ser visto na retenção de verba pelo governo Termer para o término da construção do chamado Viaduto do Geisel, em João Pessoa, logo após a deposição de Dilma Rousseff, em 2016 (CARDOSO FILHO, 2016) da presidência da república. Seja como for, entende-se que a Carta de Teresina, a formação do Consórcio Nordeste, as cartas dos governadores da região, são indícios de união política intra-regional que merece ser pesquisada e, desde já não pode ser reduzida a questões administrativas.

O primeiro passo intervencionista na Parahyba do Norte foi a aprovação da Lei n.º 672 de 17 de novembro de 1928 (ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE...17 de novembro de 1928c, p. 133) que recebeu atenção especial na pesquisa para significar o conjunto da ação parlamentar estadual da Parahyba do Norte caracterizando o reformismo jurídico da época juntamente com a aprovação da referida Constituição do Estado da Paraíba de 27 de setembro de 1930 (FERNANDES, 2009, p. 151). A legislação tributária recebeu atenção especial porque foi a forma jurídica da ação política que, em termos da história da Paraíba, significou a concretização do início do processo de descolonização ou emancipação interior já mencionado ao garantir pela lei as mudanças estruturais já em curso desde o final da década de 1910.

No que diz respeito ao objetivo da pesquisa ele pode ser resumido como sendo a busca pela resposta ao **por que** (MEDEIROS, 2021, p. 201) tal atividade parlamentar estadual paraibana ocorreu considerando que um movimento político dessa envergadura não poderia ter ocorrido de forma aleatória e sem motivação.

Para finalizar essa introdução cabe mencionar “as relações com outros trabalhos” (MEDEIROS, 2021, p. 199). Como já se mencionou acima existe ampla originalidade no tema abordado, salientando que isso chegou a causar uma certa surpresa nesse pesquisador devido ao fato óbvio de que as legislaturas estaduais do final da década de 1920 foram as últimas de um período da história do Brasil, qual seja, a Primeira República de 1889 a 1930. Portanto, a relação que se buscou perceber existir ou não é temática.

Mencionado esse ponto, importa registrar que os integrantes da Assembleia Legislativa paraibanos, o tipo de representação política por região estadual e algumas das ações dos parlamentares paraibanos, provinciais e estaduais, aparecem em várias obras, em geral de forma pontual, sendo que o tema dessa pesquisa é apenas informado numa delas, praticamente. Outras obras que compõem a cultura historiográfica política paraibana não são mencionadas por não possibilitarem o desenvolvimento do tema da presente pesquisa.

O trabalho de história da Paraíba – isso mesmo, história com **h** minúsculo porque estamos nos referindo ao processo histórico objetivo relativo à sociedade regional paraibana, digamos assim - seminal sob o aspecto de colocar na cena historiográfica personagens semelhantes cujas atividades políticas foram estudadas nessa pesquisa ora relatada, foi o de Irineu Ferreira Pinto (1977). É possível afirmar que somos todos e todas devedores das preciosas informações de variadas natureza constante no segundo volume de **Datas e notas para a História da Paraíba** que, entende-se, valorizou o processo eletivo, a atividade parlamentar e,

como se diz atualmente como parte das lutas políticas e sociais, o desenvolvimento das instituições e sua atividade que, no caso das Assembleias Legislativas provinciais posteriormente a 1889, estaduais, podem ser consideradas realmente novas nas estruturas de poder do estado nacional brasileiro, já que no período colonial houve câmaras municipais e uma espécie de poder executivo em cada capitania brasileira, bem como um governo-geral instalado desde o século XVI na sede da América Portuguesa, o Brasil.

Em seguida temos o trabalho mais conhecido sobre a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba é de autoria de Celso Mariz (1987), intitulado **Memória da Assembleia Legislativa**, cuja primeira edição é de 1946 tendo sido aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão em 1987 em edição comemorativa do sesquicentenário da instalação da Assembleia Legislativa. A nomeação dos deputados provinciais e estaduais eleitos, as legislaturas, as substituições na ocupação dos cargos, a menção a fontes históricas preciosas mesmo que citadas como não poderia deixar de ser, de outra maneira que não aquelas observadas atualmente, são referências inquestionáveis para estudos sobre a atividade parlamentar estadual paraibana.

É nesse trabalho de Celso Mariz que os parlamentares eleitos para a décima legislatura aparecem mencionados, juntamente a outros acontecimentos da vida política paraibana como o abandono de cargos por variados motivos dos deputados estaduais eleitos em 1927 e, de maneira brevíssima, os fatos que influenciaram a luta política na instituição, com destaque para a intensidade das lutas políticas no âmbito da instituição decorrente das lutas políticas nacionais, da chamada Revolta de Princesa, do assassinato, de João Pessoa (MARIZ, 1987, p. 79-81). Não há menção à atividade parlamentar estadual paraibana de criação de leis no sentido mencionado por R. Rémond (1996, p 446) de “moldar associedades” e também contribuir para alterá-las numa relação dialética entre acontecimento e estruturas (BURKE, 1992, 346-347).

No que se refere às possibilidades de contextualização do tema da presente pesquisa o estudo de doutoramento em História de Diana Soares de Galiza (1993), intitulado **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba (1890 -1930)**, tem realmente alcance explicativo. Seu esforço investigativo e explicativo é ímpar. Nessa pesquisa de estágio pós-doutoral também se fez uso de informações factuais importantíssimas citadas pela autora, inclusive na lista de fontes históricas do seu trabalho. São exemplos desse conjunto de informações e material as mensagens do presidente estadual à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba do Norte, os comentários sobre o desenvolvimento econômico e de infraestrutura rodoviária, e os dados estatísticos sobre o comércio do algodão e sobre a exportação em geral, bem como sobre a própria legislação que instaurou um sistema tributário estadual paraibano em 1928 relacionando sua implantação a uma intensa luta política e à questão crucial dos limites e

do incremento da arrecadação estadual bem como da ação governamental com atenção aos limites a mudanças sociais ocorridas apesar do incremento do tesouro estadual e de outras ações políticas.

O trabalho de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993), **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**, também possibilitou contextualizar a atividade parlamentar estadual da Parahyba do Norte, perceber os investimentos em infraestrutura portuária marítima paraibana, essencial para as mudanças no comércio ocorrida ao longo da década de 1920 e, particularmente, de 1928 a 1930, compreender a representação política por região econômica estadual e da análise com comentários exatos sobre o desenvolvimento histórico do Partido Republicano da Parahyba do Norte a partir da ascensão da oligarquia liderada por Epitácio Pessoa e das mudanças na organização e funcionalidade do dito partido político, essenciais para se compreender e analisar as ações jurídico-políticas na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e os limites do liberalismo então vigente.

Em 1999 foi lançado **Estruturas de poder na Paraíba** por Rosa Maria Godoy Silveira *et al.* (1999). Destacamos nesse estudo por terem uma relação mais direta com essa pesquisa os trabalhos de Rosa Maria Godoy Silveira (1999, p. 43; 47) que menciona a institucionalização dos conflitos através da criação e instalação da Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 1834/135, bem como a busca de explicar a estruturação do estado nacional na Parahyba do Norte e de Eliete de Queiroz Gurjão (p. 53-75) por sistematizar as oligarquias existentes, os conflitos sociais na forma de greves operárias no estado e a própria crise do poder oligárquico.

A obra **História constitucional da Paraíba** de Flávio Sátiro Fernandes (2009) foi determinante para o desenvolvimento das etapas iniciais da pesquisa, anteriores à pesquisa documental no Arquivo Público José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. O capítulo que se refere à Constituição Estadual da Parahyba do Norte de 20 de julho de 1892 e, particularmente, o próprio texto constitucional reproduzido na íntegra nessa obra, permitiram afirmar que a legislação tributária, uma das leis mais importantes existentes no período pelo seu alcance e mudanças provocadas, era matéria a ser objeto de deliberações parlamentares estaduais paraibanos por determinação constitucional estadual restando verificar se realmente esse processo legislativo havia ocorrido, até porque de 1892 até 1928 poderia ter ocorrido, por exemplo, algum tipo de mudança no texto constitucional.¹⁸

¹⁸ Diminuídos os problemas sanitários e reaberta Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, se pode fazer a preciosíssima consulta ao acervo mencionado já que esse pesquisador integra os quadros de servidores da instituição legislativa que, mesmo com expediente presencial, continuou fechado ao público em geral.

Finalmente, importa registrar que vários estudos se somaram para pretendemos incluir essa pesquisa entre os trabalhos de História Política renovada, possibilitando aporte teórico e histórico fundamentais. Primeiramente a obra completa dirigida por René Rémond (2003), **Por uma História Política**, bem com os dois estudos teóricos desse autor publicados nesse livro intitulados **Uma história do presente** (RÉMOND, 2003, 13-37) e **Do político** (RÉMOND, 2003, p. 441-450).

Em seguida o texto de Pierre Nora (1993) sobre memória e história onde consta considerações sobre as características das mudanças entre o mundo feudal e a organização do mundo moderno e da contemporaneidade, bem como desenvolver a ideia de **descolonização interior**. Os trabalhos de P. Burke (1993) dimensionando de maneira inquestionável a relação dialética entre acontecimento e estruturas e a questão da descolonização foram determinantes para a compreender com exatidão e segurança a ação política dos parlamentares estaduais de 1928 a 1930.

A pesquisa de Elza Régis de Oliveira (1983), **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755 – 1799)**, trouxe a possibilidade de entender a história da sociedade paraibana de 1928 a 1920 em profundidade porque permite, não mais e nem menosque isso, a análise histórica do tema dessa pesquisa na longa duração. Essa inserção do temana longa duração possibilitou responder à questão formulada na pesquisa sobre o sentido daação política parlamentar de 1928 a 1930. Associado a essa obra está o trabalho de Paulo Henrique N. Martins (1990, p. 51-66), **O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos dodebate**, que insistiu na importância de se produzir e interpretar dados empíricos sobre o mercado interno brasileiro, sobre a realidade das dinâmicas internas da sociedade brasileirae inter-regional e intra-regional. O processo de descolonização interior no qual se entendia que a atividade parlamentar estadual paraibana estudada se inseria e foi expressão históricareal, se tornou mais objetivo e inteligível a partir das considerações desse autor.

Por fim é necessário mencionar as obras de Antonio Gramsci (2000, p. 13-55; 2001, p. 15-42), respectivamente, **Maquiavel. Notas sobre o estado e a política** e **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Na verdade, a pesquisa pode se desenvolver com pretensão de contribuir com alguma inovação analítica, além da inserção na longa duração, porque se pode contar com certas reflexões gramscianas sobre os intelectuais, sobre os políticos poderem ser compreendidos como uma categoria intelectual, sobre a classe políticae, por fim, sobre um aspecto essencial da atividade parlamentar que é a vontade como um aspecto da ação política analisada e toda e qualquer ação política.

A seguir descreve-se métodos, referenciais teóricos, discute-se resultados (MEDEIROS, 2021, p. 199) e se as etapas de produção da pesquisa nas quais foram organizados uma escrita textual que pode ser chamada de redação científica.

DESENVOLVIMENTO

A norma 10719:1989 recomenda que nesse item do relatório se faça “descrição de métodos, teorias, procedimentos experimentais, discussão de resultados, etc.” (MEDEIROS, 2021, p. 199). É o que se faz a seguir. A pesquisa foi realizada utilizando o método do estudo de caso (MEDEIROS, 2021, p. 44) ao delimitar a atividade parlamentar paraibana criadora de leis que tiveram alcance social amplo enfocando numa delas, qual seja, a Lei n.º 672, de 17 de novembro de 1928 (ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DO NORTE, 17 de novembro de 1928, p. 135).

Algum tipo de generalização para todo o território nacional sobre a atividade parlamentar estadual nesse mesmo período de 1928 a 1930 só seria possível a partir da existência de outros estudos já realizados para se observar como se deu a atividade parlamentar estadual nas várias unidades da federação brasileira. Esses estudos não foram feitos ou, se foram, não estão acessíveis.

Sendo assim, foi sugerido que no contexto do processo histórico internacional de afirmação do intervencionismo estatal - na economia, relações de trabalho, etc. – inaugurado com a Constituição Econômica ou Constituição de Weimar, de 1919, (MARCOS, 2015) estava em processo de desenvolvimento e implantação no Brasil a partir de iniciativas locais, desde mesmo a política de imigração no final do século XIX e, posteriormente, a incorporação da política de valorização do café de 1906, por esferas federais, tendo sido a lei estadual paraibana n. 672, de 17 de novembro de 1928, um tipo de intervencionismo estatal na forma de “incitamento à economia” (VARELA, 1981, p. 131).

Esse intervencionismo estatal se desenvolveu bastante no Brasil, particularmente a partir da década de 1930 e seus respectivos ordenamentos jurídicos constitucionais federais quando se criou um “novo estado” (CANO, 2015), principalmente a partir da Constituição Federal de 1937, quando ele, o intervencionismo estatal, passou a integrar o próprio ordenamento jurídico constitucional federal, como foi mencionado no curso sobre Direito Constitucional realizado¹⁹.

Como se sabe da existência do formalismo, ou seja, do fenômeno da existência das leis sem a sua aplicação efetiva, a mencionada generalização foi feita usando do método da dedução (MEDEIROS, 2021, p. 44), ou seja, se o intervencionismo que passou a fazer parte do ordenamento jurídico federal do Brasil na década de 1930 isso tendeu a ocorrer também nos

¹⁹ Cf. o programa do curso mencionado de Introdução ao Direito Constitucional junto ao certificado no ANEXO V, pós-textual

estados.

Esse método dedutivo esteve presente durante boa parte do desenvolvimento da pesquisa, a qual ocorreu em quatro momentos com resultados específicos os quais foram se somando, inclusive condicionados pelo período de pandemia no qual estávamos. Importa salientar que esse fato, a pandemia, quase subordinou o uso do método histórico ao método dedutivo que esteve presente no primeiro resultado da pesquisa apresentado no **31º Simpósio Nacional de História, on line**, em julho de 2021, bem como teve um primeiro trabalho produzido e aceito para ser publicado nos anais desse evento **nacional**.

Felizmente, já no final do ano de 2021, entre meados do mês de novembro e meados de dezembro desse mesmo ano, pode ser feita pesquisa documental no acervo do Arquivo José Braz do Rego da Assembleia do Estado da Paraíba com excelentes resultados, dentre os quais destacamos: a comprovação da instalação da décima legislatura em março de 1928; a aprovação de sua interrupção até outubro desse ano; as informações documentais verdadeiras sobre a numeração da lei que criou o sistema tributário, dados extremamente importantes para orientar quem faz pesquisa em arquivo e pela própria nomeação verdadeira da lei já citada com outra numeração em obras importantes de História; o período de tramitação do projeto de lei e alguma discussão parlamentar em torno da aprovação dela; e, claro, a comprovação da ação política dos parlamentares estaduais paraibanos; pela realização dessa pesquisa documental o método indutivo pode, então, prevalecer sobre a dedução, significando isso um salto qualitativo extremamente importante no desenvolvimento da pesquisa porque se pode comprovar e analisar a ação jurídico-política dos parlamentares estaduais paraibanos.

O segundo texto completo e com formatação específica relativamente ao anterior foi produzido e aceito para ser publicado nos anais do V Congresso Internacional História, regiões e fronteiras, em outubro de 2021. Tanto o fato de já existir um processo anterior de produção como a natureza do evento, internacional, contribuíram para o crescimento da pesquisa. E foi no texto completo para esse evento que a dedução mesmo foi sendo substituída pela indução, ou seja, as premissas foram sendo substituídas por evidências de fatos históricos diretamente relacionados à atividade parlamentar. Portanto, houve um salto qualitativo inquestionável entre os dois eventos que se condicionaram de maneira positiva.

Um terceiro texto intitulado **Ação estatal legislativa, educação e sociedade na Parahyba do Norte (1928 – 1930)** foi enviado para a **HISTEDBR ON LINE** em coautoria com o supervisor do estágio pós-doutoral, professor Jean Carlo de Carvalho Costa. Nesse trabalho se deu ênfase à ação política em si de certos atores sociais, bem como se desenvolveu

a ideia de que a ação política dos parlamentares estaduais paraibanos esteve relacionado não somente ao momento coercitivo do Direito que embasa a criação de regras jurídicas, mas também em ações culturais, vale dizer, educacionais, no sentido filosófico muito genérico de transmissão de saber, informação, conhecimento e técnica. Até o envio desse relatório para o supervisor, professor Jean Carlo de Carvalho Costa, o texto segue em avaliação pela revista **HISTEDBR ON LINE**.

Finalmente, publicou-se também em coautoria com o supervisor do estágio pós-doutoral, professor Jean Carlo de Carvalho Costa, após convite editorial institucional prévio, inclusive, numa editora de circulação nacional e internacional com corpo editorial composto de doutores e doutoras, o produto final da pesquisa como capítulo 3 intitulado “A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba do Norte: estado, intervenção legislativa, educação e sociedade (1928 – 1930)” no *e-book* **História e política: pensamentos constitutivos e críticos**, organizado por Denise Pereira e Karen Fernanda Bortoloti.

No que se refere à abordagem do tema, o principal aporte teórico está na História Política renovada (BOURDÉ, MARTIN, 2021, p. 337- 360) por variados motivos. Dentre esses destaca-se de maneira determinante a relação da elaboração desse conhecimento enquanto uma teoria científica com o processo histórico em si. Por **teoria científica** modernase enfatiza que se entende, sem exclusão dos outros três aspectos filosoficamente definidos a esse relacionados, “não o acréscimo interpretativo ao corpo da ciência, mas é o esqueleto desse corpo. Em outros termos, a T. condiciona tanto a observação dos fenômenos quanto o uso mesmo dos instrumentos de observação” (ABANGNANO, 1982, p. 952-953).

É nesse sentido que os estudos históricos políticos renovados, suas hipóteses e conceitos, podem ser percebidos de maneira clara como uma teoria científica e realista porque estrutura solidamente o desenvolvimento da renovação e condiciona a delimitação de temas, a formulação de questões, a observação de dados empíricos e sua análise, bem como a síntese, ao considerar, particularmente, que os

[...] poderes públicos [passarem a] legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, [incitar a circulação mercantil], a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses domínios passaram, uns após outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras

realidades, quando ele tem que geri-las? (RÉMOND,1996,p. 24).²⁰

Portanto, se pode até mesmo afirmar que a História política renovada, sem estimular a banalização ou empobrecimento da cultural-históricográfica, foi uma necessidade histórica, ou seja, foram criadas novas possibilidades de desenvolver estudos de História política como uma resposta decorrente dos problemas colocados pela própria dinâmica da realidade histórica e que, por isso mesmo, além dos termos consistentes da renovação, antes mesmo de apenas dilatar o campo de investigação da disciplina de História, tanto aprimorou a investigação na própria área e estudos a ela relacionados, como passou a condicioná-los, principalmente.

Outro conhecimento que se considera teoria científica nos termos especificados acima e que se considera central para esse e outros estudos é aquela formulada por Paulo Henrique N. Martins (1990, p. 51-66). Trata-se de uma teoria crítico-realista de História regional ligada ao paradigma denominado de “iluminista” (CARDOSO, 2019, p. 1-14) que permitiu valorizar devidamente a ação dos parlamentares em termos históricos no que se refere à questão da maneira como essa ação operou através das próprias instituições, buscando reconhecimento social e fortalecendo as fronteiras internas do estado nacional, bem como, portanto, o próprio estado nacional cuja unidade havia sido operada e se consolidado, a partir de 7 de setembro de 1822, particularmente (MARTINS, 1990, p. 60).

Para a observação do processo de afirmação de território e fronteiras ulterior a 1822, foi de grande importância o entendimento por parte de P. Martins para se considerar os dados empíricos sobre o desenvolvimento do mercado interno e, particularmente, sobre a produção e o comércio de exportação do algodão, no caso desse estudo, paraibano. P. Martins (MARTINS, 1990, p. 65, grifos nossos) analisou que estudiosos

Preocupados em levar informações sobre as vinculações econômicas com o capital externo [...] têm relegado a plano secundário a coleta sobre esta **outra face** da realidade regional: **o mercado interno**. Essa face é mais importante para a **compreensão da realidade histórica regional que a do mercado externo**, na medida em que se sabe que a expansão do açúcar e do algodão nordestino (sic), **em mais de oitenta por cento, se deu em função do crescimento da economia de mercado no interior do país**.

²⁰ Sabe-se que há outras possibilidades relacionadas ao desenvolvimento de estudos de História política ligadas ao paradigma dito “pós-moderno” (CARDOSO, 1997, p. 14-23; FALCON, 1997, p. 75). No entanto, a orientação desses estudos foi legitimamente criticada por R. Rémond (1996, p. 444).

Igualmente é outra teoria crítico realista e estritamente relacionada ao desenvolvimento da análise na área de História o conjunto de ideias **paradigmáticas** formuladas por P. Burke (1998, p. 327-348) se apropriando das contribuições da Antropologia do estadunidense M. Sahlins, “mais processual ou dinâmica” (CARDOSO, 2019, p. 19). Foi essa teoria, bastante embasada historicamente, que permitiu perceber que há muito mais do que justaposição entre acontecimento e estruturas. **Há relação dialética.** No caso dessa pesquisa, essa abordagem foi essencial para compreender que os acontecimentos políticos de 1928 a 1930 contribuíram para alterar estruturas seculares que já vinham sendo abaladas ao longo da década de 1920, particularmente, e como parte dos processos históricos seculares de descolonização e de descolonização interior.

Outra teoria que foi importante para significar a atividade parlamentar estadual de 1928 a 1930 foi aquele conjunto de ideias relacionado à emancipação formulado inicialmente Immanuel Kant no contexto das lutas contra o absolutismo e a opressão clerical, tendo sido criticado por K. Mark, mas reabilitado – talvez se possa dizer dessa forma – por T. Adorno e Paulo Freire (AMBROSINI, 2012, p. 378-391). Foi essa teoria sobre a emancipação que permitiu significar o alcance pretendido da ação política dos parlamentares e presidente estaduais paraibanos, no contexto da realidade histórica brasileira e paraibana. Essas ideias deram seguimento ao impulso liberal anticolonialista de 1822 em termos de efetivar, via estado, um processo de descolonização interior criando, de 1928 em diante, os marcos jurídico-políticos estaduais paraibanos de independência econômica relativamente a Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Esse conjunto original mencionado de ideias kantianas sobre emancipação – parte da chamada Ilustração ou Iluminismo - foi desenvolvido e publicado pelo próprio criador, Immanuel Kant, em obras publicadas no final do século XVIII no contexto da desestruturação e das lutas contra o Antigo Regime e absolutismo (AMBROSINI, 2012, p. 379). Tais ideias da Ilustração, no caso brasileiro, serviram na luta contra o colonialismo português (COSTA, 1987, p. 73). No caso paraibano do final da década de 1920 inspiraram de maneira não explicitada, mas como referência cultural para lutas de natureza emancipatória, as ações políticas sob o ideal de “expansão econômica e independência comercial” da Paraíba do Norte (GALIZA, 1993, p. 126 – 127).

Chega a ser muito simbólico que essas ações políticas tenham se desenvolvido usando, justamente, a regulamentação jurídico-política de atividades econômicas desenvolvidas pelas

fronteiras realmente **existentes** do território paraibano, tanto para se garantir e se expandir no estado nacional, como no sentido inverso, ou seja, de se relacionar com o estado nacional e outros países incorporando a produção dessas áreas na forma de mercadorias a serem compradas e consumidas na Parahyba do Norte.

Além disso, entende-se que essas ideias kantianas sobre a emancipação foram a fonte inspiradora, mesmo não explicitada, do processo histórico de 1928 a 1930 na Parahyba do Norte, desenvolvido e amadurecido desde 1799 ou na longa duração. Importa salientar que nossa pesquisa possibilitou observar a própria **historicidade da operação de fortalecimento das fronteiras internas** – paraibanas - do estado nacional organizado 1822 cujo papel foi manter a unidade nacional e a criação do estado nacional (MARTINS, 1990, p. 60).

Essa **historicidade** da operação de fortalecimento das fronteiras internas paraibanas no estado nacional brasileiro, via instituições políticas do próprio estado paraibano, pode ser observada na medida em que no período mencionado se observou a evolução de um conflito com um “inimigo” externo – os interesses de classes presentes em Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte - para a luta dentro da própria oligárquica hegemônica na Parahyba do Norte.

Outro aspecto a ser mencionado é que essas ideias já apontavam para a reorganização das relações entre a sociedade indicando o caminho necessário do intervencionismo estatal como parte da superestrutura jurídico-política brasileira. A mudança toda se não começou de baixo, nas sociedades dos estados e municípios, começou **também** de baixo, durante a Primeira República e antes disso – como o provam a política de imigração e a política de valorização do café – afirmando-se no período histórico seguinte através do intervencionismo estatal (CANO, 2015, p. 444-460) e do neointervencionismo (BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 305-322).

Em que pese a continuação de um estado e um país muito desiguais sob vários aspectos, aquele tipo de teoria da emancipação proposta por I. Kant, liberal, foi eficiente, mobilizando multidões conseguindo a autonomia pretendida. Essas ideias eram, como já se mencionou, expressamente comunicadas pelos políticos como uma “solidariedade patriótica” presente no estado da Parahyba do Norte, “aspiração secular” e a busca da “independência comercial” tendo sido mencionadas por João Pessoa, presidente estadual paraibano, em mensagem à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, em 1929 (GALIZA, 1993, p. 127; 137).

Obviamente que a aprovação de uma legislação e todos os fatos relacionados à sua aplicação, bem como uma mensagem de um presidente estadual à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte são, como se disse, **acontecimentos**. Não se nega isso e nem há porque negar isso com receio de que se trata de um retorno à História tradicional. O que é

importa é a abordagem renovada desses acontecimentos como já se argumentou. Na verdade, assume-se a dimensão factual objetiva da História como parte do reconhecimento de fatos históricos igualmente objetivos relacionados a um processo histórico também objetivo, cuja análise é feita de acordo com as visões de mundo disponíveis (HOBSEBAWM, 1998, p. 8). É por isso que se insistiu em observar e analisar os fatos históricos a partir das considerações de P. Burke (1992, p. 327-348) já que se precisa otimizar o alcance analítico da relação, dialética, entre acontecimento e estruturas na história.

Não se tem dúvida que há historiadores e historiadoras que escolhem ignorar essa relação dialética entre acontecimento e estruturas e permanecer, por exemplo, se contorcendo intelectualmente numa polarização inútil para o crescimento propriamente pessoal, individual, e do conhecimento histórico bem como contribuir efetivamente para uma mudança social mais ampla, profunda e consistente, através do desenvolvimento do pensamento realista e crítico.

É legítimo que se faça essa escolha. No entanto a questão para esses pesquisadores e pesquisadoras é sobre o nível de consistência e o alcance de tais escolhas. Seja como for, para esse pesquisador permanece totalmente válido o entendimento de que todas as escolhas há condicionamentos histórico-culturais (1998, p. 7-11) e que os pesquisadores e pesquisadoras pelo tal “cárcere de ferro weberiano” (BERMAN, 1986, p. 33) optam por uma espécie de submissão insolúvel diante de certas estruturas políticas e de poder, mergulhando em algo como um estertor infundável ou uma espécie de sadomasoquismo mental, realizado por cérebros e experiências pessoais profissionais envolvidos na produção social de conhecimento.

São intelectuais, como já foi mencionado, possivelmente condicionados pela teoria weberiana e por uma produção conscientemente **distópica** – para usar um termo muito presente hoje na produção cultural em geral – já anunciada por M. Foucault sobre as experiências da modernidade para quem a ação humana no tempo, seja ela coletiva, individual ou pessoal, são reduzidas a iniciativas ligadas à produção de uma existência “torturante [orientadas como marionetes num teatro sem contexto e contradições, sem objetivos] em torno dos temas weberianos do cárcere de ferro e das inutilidades humanas cujas almas foram moldadas para se adaptar às barras” (BERMAN, 1986, p. 33). Não é o caso desse pesquisador, ou melhor, não é a atitude que esse pesquisador procura ter.

A teoria de Antonio Gramsci (2000; 2001) foi o mais importante dentre os teóricos do chamado **marxismo ocidental** no período de 1919 a 1945, cujo traço mais estruturante em todo seu desenvolvimento é a separação entre a produção teórica e a prática política operada a partir

de 1919, sendo que A. Gramsci – juntamente com Lukács e K. Korsch – questionam os outros teóricos da primeira fase de desenvolvimento do marxismo ocidental – criou suas ideias mantendo ainda o materialismo histórico ligado aos movimentos de massas e, ao mesmo tempo, quando o movimento operário europeu foi atingido duramente por “duas grandes tragédias”, quais sejam, a ascensão do fascismo e do estalinismo (ANDERSON, 1976, p. 67; 76; 80).

As ideias gramscianas permitiram abordar com exatidão e elaborar uma síntese sobre a história dos protagonistas da ação política estadual paraibana de 1928 a 1930, particularmente os parlamentares estaduais. Possibilitou compreender a partir de uma teoria sobre os intelectuais e sobre classe política, como os políticos podem ser intelectuais e sua atividade como sendo algo mais que ação coercitiva sendo também educativa e realista, para o que foi essencial o conceito de vontade como “consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real” (GRAMSCI, 2000, p. 17).

Essa ideia sobre vontade permitiu dar passos analíticos importantes porque se pode perceber a ação política concreta dos políticos paraibanos para além do voluntarismo, do subjetivismo movendo as pessoas na história como num teatro amorfo, sem contexto, dissociado dele ou impossível de reconhecê-lo e analisá-lo.

Também foi A. Gramsci quem evidenciou teoricamente a importância **essencial** de proceder à pesquisa documental indireta evitando a “espiada”, o achismo ou análise inconsistente, a tentativa bem fundamentada de ultrapassar a elaboração tradicional, provinciana. Evitou-se, portanto, com fundamentação, uma atitude metódica do tipo que produz somente indefinições, superficialidades e ausência de alcance analítico como fez Gaetano Mosca sobre “A questão da classe política” (GRAMSCI, 2000, p. 22-23).

Avançando no desenvolvimento desse relatório talvez seja esse o melhor ponto para mencionar que essas teorias sobre a escrita da História, História política, História Regional e História Paraibana se associaram para permitir concluir que houve um processo histórico na Paraíba do Norte do final da década de 1920 que expressou a continuação da emancipação iniciada no século XIX através de um processo real de descolonização interior da Paraíba do Norte que criou condições de superar e garantir a superação de padrões coloniais remanescentes instituindo novas regionalidades brasileiras cujo centro hegemônico se transferia para o Sudeste e para São Paulo, especificamente.

O **plano de trabalho** que foi enviado juntamente com o projeto de pesquisa para apreciação do colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba foi o seguinte, sendo que houve modificação nele, quanto ao período de

desenvolvimento e no tipo de contribuição ou resultado que esse pesquisador pretendia mostrar ao referido programa de pós-graduação. Tanto houve a prorrogação no prazo para conclusão do estágio pós-doutoral, de janeiro para fevereiro de 2022, como o resultado da pesquisa não foi um artigo, mas um capítulo de livro, sempre nos termos previstos na Resolução n.º 03/2018, de 20 de setembro de 2018.

PLANO DE TRABALHO

Períodos Atividades	Fev./2021	Mar./2021	Abr./2021	Mai./2021	Jun./2021	Jul./2021	Ago./2021	Set./2021	Out./2021	Nov./2021	Dez./2021	Jan/2022
Pesquisa	X	X	X	X								
Análise					X	X	X					
Elaboração de artigo ou capítulo								X	X	X	X	X
Outras atividades do estágio pós-doutorado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A seguir passamos às conclusões e recomendações como orienta a norma de elaboração de um relatório técnico-científico (MEDEIROS, 2021, p. 199-200).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A ação política dos parlamentares da Assembleia da Legislativa do Estado da Paraíba do Norte de 1928 a 1930 associados, João Pessoa, chefe do Poder Executivo estadual paraibano foi, em geral, amplamente reformista e com potencial de transformação estrutural e das próprias relações entre estado e sociedade porque ao regular as atividades econômicas comerciais de exportação e importação impacto na economia, nas finanças estaduais como sentido transformador, vale dizer, organizou em termos jurídicos e políticos uma alteração de natureza estrutural ao contribuir para romper padrões coloniais remanescentes, modernizadora e emancipatória, portanto, mesmo que sem alcance social amplo imediato. Seja como for, não seria realista contar com esse alcance social embora tais ações políticas tenham procurado se respaldar socialmente de forma ampla.

De maneira exata e sintética pode se dizer que a legislação tributária de 17 de novembro de 1928 e as ações políticas no sentido de aplicá-la garantiram que o estado e grande parte da sociedade se envolvessem, principalmente, num processo de incitação à circulação mercantil e de pagamento e arrecadação de tributos, processo esse que pode ser efetivado porque o comércio de exportação e de importação da produção paraibana foi estimulado fortemente a ser realizado pelo porto de Cabedelo e porque o estado organizou-se para tanto, no litoral e interior.

Esse processo **que não menciona o Poder Legislativo estadual paraibano** nem seu significado histórico de longa duração é amplamente conhecido pelos estudos de história da Paraíba. O que não havia sido dito até essa pesquisa, portanto, é que a mudança ocorreu através da ação dos deputados estaduais da Paraíba do Norte, que isso não se reduz a um ritual administrativo e jurídico com previsão constitucional e que expressou uma mudança permanente e estrutural de sentido descolonizador e interior.

Também não se mencionou até antes dessa pesquisa que a lei estatal n.º 672 de 17 de novembro de 1928 foi uma ação política de natureza intervencionista num contexto histórico-social que se pretendia liberal e que as ações de certos dirigentes políticos eleitos, numa articulação entre Poder Legislativo e Poder Executivo paraibanos, buscaram reunir em torno de si grande parte da população paraibana a partir de um conjunto de ideias ou cultura jurídico-políticas modernizadoras, emancipatórias e ampliadoras modificando ressignificando, inclusive, a própria noção de fronteira da Paraíba do Norte no espaço interestadual regional do Nordeste e no estado nacional brasileiro.

O sentido de luta por emancipação ampliando a importância da produção, do comércio, da arrecadação nas esferas estadual e também federal especificamente paraibanos nos limites conservadores desse reformismo. Enfatiza-se que os traços descolonizadores marcantes, no sentido mesmo de promover uma expansão de relações capitalistas na Parahyba do Norte, ficam mais claros quando se considera a ação estatal legislativa tributária e sua aplicação de 1928 a 1930 na longa duração iniciada no final do século XVIII e começo do século XIX, com marcos cronológicos bem definidos em 1799 e 1809. Nesse longo período desenvolveu-se o que João Pessoa denominou de “aspiração secular” (GALIZA, 1993, p. 127) e, a partir de 1928 até 1930, se desenvolveu uma luta política fundamentada materialmente no desenvolvimento da cultura do algodão cuja importância²¹ é menosprezada em termos de história econômica da Parahyba do Norte.

Finalmente, é muito importante enfatizar para melhor compreensão do processo histórico analisado que a ação dos políticos paraibanos não se desenvolveu através de ações somente coercitivas visando a aplicação da legislação aprovada, na medida em que se fez presente a transmissão cultural, vale dizer, educacional e, portanto, intelectual.

²¹ Importância essa desconsiderada de forma surpreendentemente superficial para quem está inserido num contexto institucional de produção intelectual do porte da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Se houve tendenciosidade para favorecer um certo ponto de vista explicativo sobre o desenvolvimento da industrialização e a sua concentração regional por parte de Wilson Cano (1998, p. 51), sem observação de fatos concretos, é difícil de afirmar, até porque não se conhece a obra do autor como um todo. Seja como for, W. Cano parece ter desconsiderado na forma de comentários apressados e sequer devidamente referenciados, aspectos cruciais ligados a à política de valorização do café viabilizada a partir de certo momento pela arrecadação **federal** proporcionada também pela cultura algodoeira dos estados do Nordeste e, especificamente, da Parahyba do Norte durante a década de 1920 (GALIZA, 1993, p. 99-100). **Desconsiderou-se de maneira historicamente absurda o empobrecimento de camponeses e a enorme exploração – inclusive escravagista - de amplos segmentos na chama fase acumulação primitiva de capital, ao se referir à cultura algodoeira como “cultura de pobres” – como se a industrialização tivesse sido algo como uma “natural cultura de ricos e distribuidora de riqueza”, no Brasil e nos países ditos desenvolvidos - a importância específica da cultura algodoeira para a história econômica e a história regional em geral dos respectivos estados do NE e da Parahyba do Norte onde tal cultura se desenvolveu.** E, construindo sua análise ancorada num certo economicismo, no que tange aos estudos sobre concentração industrial, desconsiderou as relações possíveis e prováveis entre o desenvolvimento da cultura algodoeira no NE e o desenvolvimento de lutas políticas que fortaleceram segmentos sociais e políticos durante e depois as eleições de 1930, bem como nos acontecimentos que levaram à chamada Revolução de 1930. Um olhar mais atento também estimularia a observação da necessidade de relacionar a arrecadação federal de 1889 a 1930, que incluiu obviamente aquela oriunda dos estados do atual Nordeste e a acumulação de capital na região que mais se industrializou no país, inclusive fortalecendo a indústria têxtil em São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo que, no caso paraibano, o algodão, até 1923/24 e 1928, fosse exportado para esses mercados internos brasileiros estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, com o selo de outros estados e o índice de arrecadação federal da Parahyba do Norte parecesse muito menor do que o montante de sua produção já que era exportado pelo (GALIZA, 1993, p. 97-137) a produção da riqueza – era produção de riqueza – fosse em território estadual paraibano. Outro ponto frágil na análise do autor está na afirmação de que as relações de produção arcaicas fariam do algodão uma mercadoria marginal no mercado internacional. É frágil por dois motivos. Primeiro porque o algodão paraibano, por exemplo e de fato, **não era marginal no mercado internacional já que havia exportação para Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha** (GALIZA, 1993, p. 99). Em segundo lugar porque não há embasamento para afirmar que o desenvolvimento da cultura cafeeira e, quase por extensão, da industrialização em São Paulo, na década de 1920 se fez **dentro da política de valorização do café sem o apoio direto das contribuições dos estados** (FREITAS FILHO, 2011, p. 3)

Concluindo essas considerações finais, importa questionar em que medida estamos atualmente num processo de, vamos dizer, intensificação da descolonização considerando toda a abrangência, diversidade e profundidade da realidade histórica a que esse conceito remete.

No que se refere às **recomendações**, a principal delas é que se deve investir em desenvolvimento de projetos de pesquisa de estudos renovados de História política sobre a ação política parlamentar, relacionando-a aos contextos e ao tempo onde se desenvolveu. Tais estudos devem ser, inclusive, embasados em dados empíricos sobre a atividade econômica e outros relacionados à sociedade e cultura, na qual a instituição da faz parte o grupo de parlamentares tematizado no(s) projeto(s). Inclusive se deve buscar a relação entre a ação parlamentar e o desenvolvimento do capitalismo de maneira mais aprofundada, ou seja, através da observação das relações de trabalho assalariadas, fundamentalmente.

É muito importante desenvolver estudos de história política sobre as instituições legislativas em geral e o próprio estado. Finalmente, recomenda-se que sejam feitos relatórios de pesquisa como relatórios técnico-científicos seguindo as orientações contidas na NBR 10719:1989, bem como que se considere essa atividade não somente como descrição das atividades relacionadas ao projeto de pesquisa, descrição essa que é muito relevante, mas também como uma reflexão sobre o trabalho realizado já que, por exemplo, o pesquisador ou pesquisadora explica porque considera referenciais teóricos usados como teorias.

Se a descrição das atividades realizadas, sejam eminentemente práticas, sejam eminentemente intelectuais ou criativas redacionais, associadas, esclarece a dimensão de conjunto das atividades realizadas e demonstram o quanto o pesquisador ou pesquisadora conhece e tem controle sobre sua própria produção, a capacidade de explicitar porque desenvolveu o estudo tal e qual foi desenvolvido, valoriza a produção cultural relacionada ao tema pesquisa e aprimora a formação educacional pessoal realizada, capacitando mais o pesquisador ou pesquisadora para atuar profissionalmente.

ANEXOS

ANEXO I

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO PPGE-CE/UEPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CERTIDÃO

Certificamos que, em reunião ordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, realizada no dia 10 de dezembro de 2020, foi **APROVADO** a *proposta de pesquisa de Pós-Doutoramento*, Interessado: Prof. Dr. Roberto Jorge Chaves Araújo, Intitulada: **"A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DO NORTE: INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS, ESTADO E SOCIEDADE (1928 – 1930)"**, sob a Supervisão Acadêmica do Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa.

João Pessoa, 08 de março de 2021.

Coordenadora/PPGE
Matrícula 2583808

ANEXO II

CERTIFICADO DO CURSO CONHECENDO O PODER LEGISLATIVO



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DO ESTADO DA PARAÍBA



**ESCOLA DO LEGISLATIVO
DO ESTADO DA PARAÍBA**

Certificado

A Escola do Legislativo da Paraíba certifica para os devidos fins que:

Roberto Jorge Chaves Araújo,

participou do curso “**Conhecendo o Poder Legislativo**” promovido pelo Programa de Capacitação online e Desenvolvimento Profissional desta instituição de ensino no período de 09 de abril à 10 de maio de 2021, perfazendo uma carga horária de 20h/aula.

João Pessoa, 13 de maio de 2021.

Maria Helena Toscano Moura de Caldas Barros
Diretora Geral da ELEGIS - PB

ANEXO III

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO O PAINEL LEGISLATIVO – O PAPEL DAS CONSULTAS E ASSESSORIAS LEGISLATIVAS

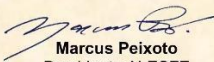


ALESFE
Associação dos Consultores
e Advogados do Senado Federal

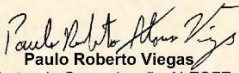
CERTIFICADO

Certificamos, para os devidos fins, que **ROBERTO JORGE CHAVES ARAÚJO** frequentou o Seminário **PAINEL LEGISLATIVO - O PAPEL DAS CONSULTORIAS E ASSESSORIAS LEGISLATIVAS**, organizado pela ALESFE – Associação dos Consultores Legislativos e Advogados do Senado Federal, com carga de 2,5 horas, transmitido ao vivo e online, no dia 9 de abril de 2021.

São Paulo, 9 de abril de 2021.



Marcus Peixoto
Presidente ALESFE



Paulo Roberto Viegas
Diretor de Comunicação ALESFE



José Dantas Filho
Coordenador Pedagógico
Série Seminários Legislativos ALESFE

ANEXO IV

CERTIFICADO DO CURSO DOCTRINA POLÍTICA: LIBERALISMO/PROGRAMA DO CURSO REALIZADO PELO O ILB/SENADO FEDERAL



PROGRAMA DO CURSO
DOCTRINA POLÍTICA: LIBERALISMO-TURMA 1

- Módulo Único - Liberalismo
 - Unidade 1 - Liberalismo e democracia
 - Unidade 2 - Argumento neoliberal
 - Unidade 3 - Para uma teoria da democracia
 - Unidade 4 - Os direitos individuais

Fundamentação legal: Resolução nº 11, do Senado Federal, de 07/07/2017.
CNPJ Senado Federal - 00.530.279/0001-15

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO
MEHCwHH5pq
Para verificar a autenticidade deste certificado, acesse <http://saberes.senado.leg.br/> e informe o código acima

Interlegis Instituto Legislativo Brasileiro SENADO FEDERAL



CERTIFICADO

O Instituto Legislativo Brasileiro certifica que
ROBERTO JORGE CHAVES ARAÚJO, CPF nº 299.343.704-68
realizou, na modalidade a distância, o curso sem tutoria
DOCTRINA POLÍTICA: LIBERALISMO-TURMA 1
no período de 6 de maio de 2021 a 9 de junho de 2021
com carga horária de 20 horas/aula,
tendo obtido aprovação com nota: 72,00

Brasília, 9 de junho de 2021


Leonardo Augusto de Almeida Barbosa
Diretor Geral do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB


Ronaldo Luiz Leite Oliveira
Coordenador do COBEN - ILB

Interlegis Instituto Legislativo Brasileiro SENADO FEDERAL

ANEXO V

CERTIFICADO DO CURSO INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL/PROGRAMA DO CURSO, REALIZADO PELO DO ILB DO SENADO FEDERAL



CERTIFICADO

O Instituto Legislativo Brasileiro certifica que
ROBERTO JORGE CHAVES ARAÚJO, CPF nº 299.343.704-68
realizou, na modalidade a distância, o curso sem tutoria
INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL - TURMA 1
no período de 10 de junho de 2021 a 10 de julho de 2021
com carga horária de 40 horas/aula,
tendo obtido aprovação com nota: 88,00

Brasília, 10 de julho de 2021

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Diretor Geral do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Ronaldo Luiz Leite Oliveira
Coordenador do COTREB - ILB



PROGRAMA DO CURSO INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL - TURMA 1

- **Módulo I** - Constitucionalismo e as Constituições Brasileiras
 - Unidade 1 - Conhecendo o Direito Constitucional: definição, origem e evolução
 - Unidade 2 - A Constituição Imperial de 1824 e a Constituição Republicana de 1891
 - Unidade 3 - A Constituição de 1934, a Carta de 1937 e a Constituição Democrática de 1946
 - Unidade 4 - As experiências Constitucionais Brasileiras: A Constituição do período militar e a redemocratização do país com a Constituição de 1988
- **Módulo II** - Elementos de Teoria da Constituição
 - Unidade 1 - Estrutura da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/88. O preâmbulo e as normas constitucionais
 - Unidade 2 - Poder constituinte: a elaboração da Constituição, sua transformação e a relação com a ordem jurídica anterior
 - Unidade 3 - Breves Noções sobre controle de constitucionalidade das leis
- **Módulo III** - Direitos e Garantias Fundamentais
 - Unidade 1 - Aspectos gerais dos Direitos e Garantias Fundamentais
 - Unidade 2 - Exemplos de Direitos e Garantias Individuais no cotidiano - Parte 1
 - Unidade 3 - Exemplos de Direitos e Garantias Individuais no cotidiano - Parte 2

Fundamentação legal: Resolução nº 11, do Senado Federal, de 07/07/2017.
CNPJ Senado Federal - 00.530.279/0001-15

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO

Qr07E2WV5Y

Para verificar a autenticidade deste certificado, acesse <http://saberes.senado.leg.br/> e informe o código acima



ANEXO VI

CERTIFICADO DA PARTICIPAÇÃO COMO OUVINTE DO 31º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, DE 19 A 23 DE JULHO DE 2021, PROMOVIDO PELA ANPUH-BRASIL



ANEXO VII

CERTIFICADO DA APRESENTAÇÃO NO 31º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA NO ST 082 HISTÓRIA POLÍTICA: CONCEITOS, MÉTODOS E SUAS MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS, EM JULHO DE 2021, PROMOVIDO PELA ANPUH-BRASIL



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ORAL NOS ANAIS DO TEXTO APRESENTADO NO V CONGRESSO INTERNACIONAL HISTÓRIA, REGIÕES E FRONTEIRAS



V Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras

19, 20 e 21 de outubro de 2021
Passo Fundo RS (on-line)
cihrfupf.wix.com/cihrf2021



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História
HISTÓRIA
Curso de Graduação
IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas

DECLARAÇÃO

Declaramos, para o fim exclusivo de comprovação de presença e de forma provisória até a expedição do correspondente certificado, que **Roberto Jorge Chaves Araújo** apresentou a seguinte comunicação oral no *V Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras*, realizado na forma on-line pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2021:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍHYBA DO NORTE: INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS, ESTADO E SOCIEDADE (1928 – 1930)

Roberto Jorge Chaves Araújo (UFPB) BR

Sessão de apresentação: 19 de outubro de 2021, 14h-17h.

Passo Fundo, RS, Brasil, 21 de novembro de 2021.

Profa. Dra. Gizele Zanotto
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em História da UPF

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ACEITE DE PUBLICAÇÃO NOS ANAIS DO TEXTO APRESENTADO NO V CONGRESSO INTERNACIONAL HISTÓRIA, REGIÕES E FRONTEIRAS



V Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras

19, 20 e 21 de outubro de 2021
Passo Fundo RS (on-line)
cihrfupf.wix.com/cihrf2021



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História
HISTÓRIA
Curso de Graduação
IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas

DECLARAÇÃO

Declaramos, para o fim exclusivo de comprovação provisória até a publicação dos Anais, prevista para março de 2022, que o seguinte texto integrará os Anais do *V Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras*, realizado na forma on-line pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2021:

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍHYBA DO NORTE:
INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS, ESTADO E SOCIEDADE (1928 – 1930)**

Roberto Jorge Chaves Araújo (UFPB) BR

Passo Fundo, RS, Brasil, 21 de novembro de 2021.

Profa. Dra. Gizele Zanotto
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em História da UPF

ACEITE DO LANÇAMENTO DE *E-BOOK*, OS PARLAMENTARES ESTADUAIS, O GOLPE DE ESTADO E A ORGANIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1969), NO V CONGRESSO INTERNACIONAL HISTÓRIA, REGIÕES E FRONTEIRAS, 2021.

ACEITE DO LANÇAMENTO DE *E-BOOK*, OS PARLAMENTARES ESTADUAIS, O GOLPE DE ESTADO E A ORGANIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1969), NO V CONGRESSO INTERNACIONAL HISTÓRIA, REGIÕES E FRONTEIRAS, 2021.

16:59
52%

cihrf.net.br/inde



**V Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras**
19, 20 e 21 de outubro de 2021
Passo Fundo RS (on-line)
cihrfufp.wix.com/cihrf2021



PPGH
Programa de Pós-Graduação em História
ESBIOHIA
Escola de Graduação
SCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Apoio



Bem-vindo(a) **Roberto Jorge Chaves Araújo** Sessões de comunicação Links de acesso Livros Textos nos anais Sair

Sua inscrição

O V Congresso separa **proposta** e **Inscrição**, pois são dois procedimentos diferentes e complementares.
Você está inscrito(a) ✓ Acesse sua inscrição em <https://secure.upf.br/eventos/login>

Seus certificados

- Certificado de ouvinte. Disponível em: <https://secure.upf.br/eventos/login>
- ★ Declaração provisória da apresentação de comunicação. Certificado em processo de expedição. **Previsão: até 30/03**

Sua proposta de comunicação oral

Situação: **Aceita** ✓ **Apresentada** ✓ Texto para os anais: **Conferido e aprovado** ✓ Atende as diretrizes do V CIHRF, está aprovado e será publicado nos Anais.

[Declaração de que seu texto foi aceito para os Anais](#)

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS, ESTADO E SOCIEDADE (1928 – 1930)

Roberto Jorge Chaves Araújo (UFPB) BR

O tema pesquisado é a atuação dos deputados estaduais paraibanos da legislatura de 1928 a 1930. A questão que se pretende responder é qual o significado histórico das regras jurídicas aprovadas nos anos mencionados. Considerou-se, de maneira privilegiada, a legislação tributária aprovada em novembro de 1928. Os deputados estaduais paraibanos são compreendidos como membros de uma determinada categoria de intelectuais, os políticos. Sua atividade, organizadora e diretiva, foi abordada a partir da inserção na longuíssima duração, contextualizada, da história da Paraíba do Norte iniciada na segunda metade do século XVIII. O sistema tributário aprovado pelos parlamentares estaduais paraibanos incidiu sobre o comércio estadual paraibano de importação e exportação com desdobramentos diversos aos níveis municipal, estadual, interestadual e nacional. Essa intervenção legislativa estadual tributária dos políticos paraibanos na circulação de mercadorias no mercado estadual impactou a formação de preços e garantiu efetivamente o incremento do tesouro estadual. Note-se que tal sistema tributário foi associado a outras medidas político-administrativas e sustentado por mudanças na infraestrutura, portuária e marítima, ocorridas em 1917 e 1922. Concluiu-se que o intervencionismo dos políticos estaduais paraibanos de novembro de 1928 contribuiu decisivamente para estruturação com base na cultura algodoeira destinada ao mercado nacional, principalmente, do que se pode chamar de fronteiras internas paraibanas do estado nacional brasileiro, bem como para superar situações estruturais coloniais remanescentes de dependência econômico-comercial paraibana relativamente a Pernambuco e com isso desenvolvendo um processo histórico já denominado por alguns autores de descolonização interior.

Sua proposta de lançamento de livro

Situação: **Aceita** ✓



Roberto Jorge Chaves Araújo. **Os parlamentares estaduais paraibanos, o golpe de Estado e a organização da Ditadura Militar no Brasil (1964-1969).** João Pessoa: edição do autor, 2021.

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu no turbulento período de 2014 até outubro de 2016. Essa segunda edição do estudo objetiva difundir mais a História política renovada, contribui para ampliar o conhecimento sobre a atuação de indivíduos com mandato parlamentar estadual cujas ações tinham impacto na sociedade paraibana e brasileira, bem como sobre instituições políticas estaduais relativamente pouco estudadas. O estudo, que incluiu a sistematização de iniciativas semelhantes, analisou a relação da ação dos deputados estaduais paraibanos com o autoritarismo organizado no Brasil nos anos de 1964 a 1969. A repressão política na forma de cassação de mandatos parlamentares estaduais paraibanos começou antes da institucionalização do regime militar e a partir de leis já existentes no ordenamento jurídico da época, inclusive com a participação de integrantes de partido político cuja nomenclatura era de esquerda. Observou-se também o apoio institucional de várias ALs ao autoritarismo tendo sido consultadas fontes históricas inéditas que evidenciam o apoio parlamentar estadual ao golpe de estado e ao regime ditatorial os quais foram articulados por membros dos poderes legislativos estaduais e usando essas instituições democráticas. A contextualização histórica e a comparação deram um alcance importante ao estudo, alcance esse que deve ser ampliado. Seja como for, observou-se um possível protagonismo dos parlamentares estaduais paraibanos na instalação do autoritarismo bem como que a repressão política se abateu sobre o próprio parlamento estadual como instituição e sobre deputados estaduais, em particular, integrantes do partido político de sustentação do regime militar. Mesmo assim, entende-se que o autoritarismo articulado nas instituições legislativas das regiões estaduais brasileiras em geral e pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em particular, fez do regime ditatorial brasileiro de 1964 a 1985 um regime legítimo e, por isso, duradouro.

Mais informações: <http://www.al.pb.leg.br/elegispub/wp-content/uploads/2021/09/Os-parlamentares-estaduais-paraibanos-o-golpe-de-estado-e-a-organizacao-da-ditadura-militar-no-brasil-1964-1969.pdf>

Prazos

Propor Simpósio Temático: 01/05 a 07/07
 Propor comunicação oral: 08/07 a 04/10
 Propor livro para lançamento: 08/07 a 30/09
 Divulgação dos trabalhos aceitos nos STs: até 07/10
 Divulgação da data da comunicação (sessões): até 12/10
 Divulgação dos links de acesso: até 18/10
 Envio do texto completo para os Anais: até 30/11



cihrf.net.br/index



...



**V Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras**
19, 20 e 21 de outubro de 2021
Passo Fundo RS (on-line)
cibrf.unifwix.com/cibrf2021



PPGH
Programa de Pós-Graduação
em História
HISTÓRIA
Curso de Graduação
IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas

Apolo

FAPERGS

Bem-vindo(a) **Roberto Jorge Chaves Araújo** [Sessões de comunicação](#) [Links de acesso](#) [Livros](#) [Textos nos anais](#) [Sair](#)

Sua inscrição

O V Congresso separa **proposta** e **Inscrição**, pois são dois procedimentos diferentes e complementares.

✓ Acesse sua inscrição em <https://secure.upf.br/eventos/login>

Seus certificados

 Certificado de ouvinte. Disponível em: <https://secure.upf.br/eventos/login>

 Declaração provisória da apresentação de comunicação. Certificado em processo de expedição. Previsão: até 30/03

Sua proposta de comunicação oral

Situação: **Aceita** ✓ **Apresentada** ✓ Texto para os anais: **Conferido e aprovado** ✓ Atende as diretrizes do V CIHRF, está aprovado e será publicado nos Anais.

Declaración de que seu texto foi aceito para os Anais

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍHYBA DO NORTE: INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS, ESTADO E SOCIEDADE (1928 – 1930)
Roberto Jorge Chaves Araújo (UFPB) BR

O tema pesquisado é a atuação dos deputados estaduais paraibanos na legislatura de 1928 a 1930. A questão que se pretende responder é qual o significado histórico das regras jurídicas aprovadas nos anos mencionados. Considerou-se, de maneira privilegiada, a legislação tributária aprovada em novembro de 1928. Os deputados estaduais paraibanos são compreendidos como membros de uma determinada categoria de intelectuais e políticos. Sua atividade, organizadora e diretiva, foi abordada a partir da inserção na longuíssima duração, contextualizada, da história da Paraíba do Norte iniciada na segunda metade do século XVIII. O sistema tributário aprovado pelos parlamentares estaduais paraibanos incidiu sobre o comércio estadual paraibano de importação e exportação com desdobramentos diversos aos níveis municipal, estadual, inter estadual e nacional. Essa intervenção legislativa estadual tributária dos políticos paraibanos na circulação de mercadorias no mercado estadual impactou a formação de preços e garantiu efetivamente o incremento do tesouro estadual. Note-se que tal sistema tributário foi associado a outras medidas político-administrativas e sustentado por mudanças na infraestrutura, portuária e marítima, ocorridas em 1917 e 1922. Concluiu-se que o intervencionismo dos políticos estaduais paraibanos de novembro de 1928 contribuiu decisivamente para estruturação com base na cultura algodoeira destinada ao mercado nacional, principalmente, do que se pode chamar de fronteiras internas paraibanas do estado nacional brasileiro, bem como para superar situações estruturais coloniais remanescentes de dependência econômico-comercial paraibana relativamente a Pernambuco e com isso desenvolvendo um processo histórico já denominado por alguns autores de descolonização interior.

Sua proposta de lançamento de livro

Situação: **Acelta** ✓



Roberto Jorge Chaves Araújo. **Os parlamentares estaduais paraibanos, o golpe de Estado e a organização da Ditadura Militar no Brasil (1964-1969)**. João Pessoa: edição do autor, 2021.

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu no turbulento período de 2014 até outubro de 2016. Essa segunda edição do estudo objetiva difundir mais a História política renovada, contribui para ampliar o conhecimento sobre a atuação de indivíduos com mandato parlamentar estadual cujas ações tinham impacto na sociedade paraibana e brasileira, bem como sobre instituições políticas estaduais relativamente pouco estudadas. O estudo, que incluiu a sistematização de iniciativas semelhantes, analisou a relação da ação dos deputados estaduais paraibanos com o autoritarismo organizado no Brasil nos anos de 1964 a 1969. A repressão política na forma de cassação de mandatos parlamentares estaduais paraibanos começou antes da institucionalização do regime militar e a partir de

Os dois existentes no ordenamento jurídico brasileiro, inclusive paraibanos, chegaram às instituições locais sob o regime democrático e a partir de lá, à esquerda. Observou-se também o apoio institucional de várias ALs ao autoritarismo tendo sido consultadas fontes históricas inéditas que evidenciam o apoio parlamentar estadual ao golpe de estado e ao regime ditatorial os quais foram articulados por membros dos poderes legislativos estaduais e usando essas instituições democráticas. A contextualização histórica e a comparação deram um alcance importante ao estudo, alcance esse que deve ser ampliado. Seja como for, observou-se um possível protagonismo dos parlamentares estaduais paraibanos na instalação do autoritarismo bem como que a repressão política se abateu sobre o próprio parlamento estadual como se viu. Entende-se, se que o autoritarismo articulado nas instituições legislativas das regiões estaduais brasileiras em geral e pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em particular, fez do regime ditatorial brasileiro de 1964 a 1985 um regime legítimo e, por isso, duradouro.

Mais informações: <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2021/09/Os-parlamentares-estaduais-paraibanos-o-golpe-de-estado-e-a-organizacao-da-ditadura-militar-no-Brasil-1964-1969.pdf>

Prazos

Propor Simpósio Temático: 01/05 a 07/07

Propor comunicação oral: 08/07 a 04/10

Propor livro para lançamento: 08/07 a 30/09

Divulgação dos trabalhos aceitos nos STs: até 07/10

Divulgação da data da comunicação (sessões): até 12/10

Divulgação dos links de acesso: até 18/10

Envio do texto completo para os Anais: até 30/11

ANEXO XI

COMPROVANTE DE ENVIO PARA SUBMISSÃO À HISTEDBR ON LINE

Revista HISTEDBR On-line



Submissões

Fila 1

Arquivos

Ajuda

...

 Buscar

 Filtros

Nova Submissão

866844A

Araújo

 2

Submissão

Visualizar



AÇÃO ESTATAL LEGISLATIVA, E...

ANEXO II

PARECER DO SUPERVISOR DO ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL FAVORÁVEL AO RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA



UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Jean Carlo de Carvalho Costa, Professor Permanente do PPGE, matrícula 1448877, na condição de Supervisor Acadêmico de Pós-Doutoramento do Roberto Jorge Chaves Araújo em 2021-2022, após acompanhamento das atividades de cronograma do plano de trabalho e da leitura do **RELATÓRIO FINAL** do referido supervisionado, encaminha parecer **FAVORÁVEL**, considerando o seu pleno compromisso com a Resolução 03/2018/PPGE em relação as atividades desenvolvidas no cronograma da pesquisa, bem como nas publicações que resultaram do trabalho final, com submissões e aprovações de um capítulo de E-book e artigos em periódicos, bem como participação em Eventos na área de sua pesquisa. Este é o meu parecer, salvo melhor juízo.

A assinatura manuscrita de Jean Carlo de C. Costa, escrita em tinta azul, apresenta uma caligrafia fluida e cursiva.

Jean Carlo de Carvalho Costa

João Pessoa, 08 de Fevereiro de 2022.

ANEXO XIII

CERTIDÃO DE PÓS-DOCTORAMENTO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CERTIDÃO

Certificamos que, em Reunião do Colegiado do PPGE/CE/UFPB, realizada no dia 13 de maio de 2022, foi **aprovado** por unanimidade, o parecer favorável emitido pelo Professor Charliton José dos Santos Machado, Interessado: Prof. Dr. Roberto Jorge Chaves Araújo, Assunto - Solicitação de homologação do Relatório Final de Pesquisa Pós-Doutoral neste Programa, sob a Supervisão Acadêmica do Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa.

João Pessoa, 18 de maio de 2022.

Coordenadora/PPGE
Matrícula 2583808

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu supervisor, professor Jean Carlo de Carvalho Costa, por aceitar supervisionar esse estágio pós-doutoral e pela maneira amigável, operosa e inteligente com que supervisionou esse processo todo de desenvolvimento da pesquisa. Sem dúvida posso afirmar que o professor fez da supervisão um conjunto de práticas para a otimização do desenvolvimento da troca de experiências que caracteriza um estágio pós-doutoral e da qual a pesquisa científica é o centro do processo, o plano de trabalho a visualização e explicitação das práticas a ela relacionada e a elaboração do relatório de estágio a demonstração inequívoca e justificada, da consciência sobre a realização completa da pesquisa planejada e as potencialidades para se desenvolver através de recomendações.

Agradeço também à professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho. Seus comentários estimulantes e esclarecedores, como amiga e profissional experiente e dedicada foram essenciais para me situar mais e melhor no estágio. Essa relação de amizade e profissionalismo “nasceu em sala de aula, como disse a própria Maria Eulina recentemente, ou seja, num local de formação e crescimento pessoal, de respeito, de transformação social para melhor e quando ainda éramos docente e discente, na década de 1980 e na Licenciatura Plena em História da Universidade Federal da Paraíba.

Sou também grato à coordenação do PPGE/UFPB, à professora Fabiana Sena, aos funcionários e funcionárias, que sempre deram bom retorno às minhas solicitações, viabilizando o desenvolvimento de estágio pós-doutoral. E, por que não, ao próprio colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação pela aprovação do meu projeto de pesquisa. Mesmo que se tenha seguido às normas institucionais vigentes, o trato impessoal e ágil na apreciação do projeto de pesquisa deve ser mencionado. A isenção não é neutra. É uma escolha importante particularmente nos dias de hoje.

Agradeço, na forma de reconhecimento, ao presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, deputado estadual Adriano Galdino e a todos os políticos e políticas estaduais paraibanos que atuaram para manter a instituição funcionando durante o período da pandemia, bem como remunerando os servidores públicos legislativos estaduais, já que isso possibilitou a própria condição econômica de financiamento da pesquisa e sua divulgação e os cuidados sanitários num contexto devastador pandêmico; ao Secretário de Administração em exercício da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, Álvaro Dantas Wanderley, e a seu grupo de servidores e servidoras pela agilidade na emissão do termo de anuência que compôs a documentação para a inscrição na seleção de pós-doutoramento.

Também agradeço a Francisco Jean Alves de Figueiredo, sr. Diretor do Arquivo JoséBraz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, historiador e servidor público legislativo estadual paraibano dessa instituição, efetivo igualmente esse pesquisador que mesmo dentro de parâmetros institucionais, esclareceu possibilidades de consulta ao acervo do dito arquivo bem como, pessoalmente, apontou onde estava uma documentação que possibilitou que o projeto de pesquisa não se reduzisse a uma discussão intertextual sem referências em fontes históricas preciosíssimas e mesmo comprovasse a existência da tramitação efetiva na Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte de uma certa legislação cuja existência esse pesquisador tinha referências, segura decerto, mas apenas em obras publicadas e por uma questão de lógica.

O processo histórico é muito mais dinâmico do que a lógica formalista prevista nas leis sendo que essa mesma dinâmica da história é constituída nas sociedades contemporâneas pela existência crucial do regramento jurídico moderno. Sendo assim, as fontes documentais foram extremamente relevantes para evidenciar o que se considerava uma necessidade prevista no ordenamento jurídico constitucional estadual, bem como tornar a análise mais exata e precisa.

Finalmente quero agradecer a autorização de Maria Helena Toscano de Brito, diretora da ELEGIS/PB, para que se pudesse disponibilizar esse *e book* na página do Fórum Legislativo, idealizada anos atrás pelo laborioso e inteligente Félix Araújo, servidor público efetivo da ALPB, sócio fundador e ex-presidente do SINPOL-PB, ex-Secretário Legislativo e amigo de longos anos, bem como a Augustus Benedito de Andrade Peixoto, outro amigo de longa data, igualmente laborioso e servidor público legislativo paraibano dedicado que prima pelo crescimento pessoal profissional e da instituição, por tornar esse *e book* acessível na rede mundial de computadores na página institucional mencionada.

Esses agradecimentos ficariam incompletos se não fossem mencionadas às direções do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo do Estado da Paraíba – SINPOL/PB, presididas por Sônia Aguiar e Wilton Leitão, que atuaram juntamente com o conjunto da categoria e enquanto membros de diretoria sindical, para manter a entidade funcionando, bem como para garantir que direitos, benefícios e reposições salariais fossem efetivados e mantidos.

Finalizando, não devo esquecer a disposição histórica da categoria dos servidores e servidoras públicos legislativos estaduais paraibanos e das lideranças em se organizarem desde o início da década de 1980 no SINPOL-PB desde que se associaram na ASSAL-PB que veio a se transformar em sindicato. Foi muito essa atitude necessária e inteligente que garantiu ao coletivo – juntamente às necessidades de desenvolvimento institucional de assessoria legislativa

da ALPB no período posterior à Ditadura Militar, em particular - e a cada um dos membros do sindicato individualmente qualidade de vida, trabalho e remuneração, compreensão a respeito da importância da valorização do servidor público e possibilidade de crescimento pessoal.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. – São Paulo: Mestre Jou, 1982.

AMBROSINI, T. F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 378–391, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640058. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058>. Acesso em: 14 set. 2021.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Porto, Portugal: Edições Afrontamentos, 1976. Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/perry-anderson-consideracoes-sobre-o-marxismo-ocidental1.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2022.

ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10719. Apresentação de trabalho científicos**. Disponível em: <http://walderson.com/livro/abnt/ABNT-NBR-10719-1989.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2022.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: intervenções legislativas, estado e sociedade (1928 – 1930). In: Simpósio Nacional de História, 31. **Caderno de resumos [...]** São Paulo, SP: 19 a 23 de julho de 2021a, p. 1405-06. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=7. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: intervenções legislativas, estado e sociedade (1928 – 1930). In: Simpósio Nacional de História, 31. **Anais [...]** São Paulo, SP: 19 a 23 de julho de 2021b, p. 1-17. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1617369720_ARQUIVO_975f2770f2d34ce9d35ecf34a825365f.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **História e memória dos servidores públicos legislativos estaduais paraibanos: formação, desenvolvimento e organização política (1835 – 2021)**. 2.ed. – João Pessoa: Edição do Autor, 2021c. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2021/02/2-ed-com-data-corrigida-da-edicao-na-ficha-catalografica.pdf>. Acesso em: 08 de março de 2022

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **Os parlamentares estaduais paraibanos, o golpe de estado e a organização da ditadura militar no Brasil (1964 – 1969)**. 2. ed. – João Pessoa: Edição do autor, 2021d. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2021/09/Os-parlamentares-estaduais-paraibanos-o-golpe-de-estado-e-a-organizacao-da-ditadura-militar-no-Brasil-1964-1969.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves, COSTA, Jean Carlo de Carvalho. (1928 –1930). A Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte: estado, intervenção legislativa, educação e sociedade (1928 –1930). In: PEREIRA, Denise, BORTOLOTTI, Karen Fernanda (orgs.). **História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2**. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. p. 25-45. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/4859>. Acesso em: 08 de março de 2022.

ARQUIVO DIGITAL A UNIÃO. **Década de 1920**. 1928, janeiro a junho. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2022.

ASSEMBLÉA legislativa. **A União**. Organ do Partido Republicano da Parahyba do Norte. Parahyba, Anno XXXVII, n. 47, página 2, 1º de março de 1928b. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/marco/a-uniao-01-03-1928/view>. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

AValiação CAPES. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, 07 de agosto de 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/announcement/view/237>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE. Projetos, Pareceres - 1927 a 1930. Livro n.º 59. **Projeto N.º 24**, 17 de novembro de 1928, Parahyba, p. 132-135.

BARROS, José D' Assunção. Fernand Braudel e a geração dos Annales. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012, p. 1-18. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1883/1051>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2022.

BOSCHI, Renato, GAITÁN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, vol. 21, nº. 5, Salvador, May/Aug.2008, p. 305-322. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18974/12331>. Acesso em: 03 de março de 2021.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIBLIOTECA DA SUBMISSÃO. Arquivos da submissão. rjca,2021, ARTIGO.doc. **Revista HISTEDBR On line**, [Campinas],16 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/authorDashboard/submission/8668444>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 327-348.

BOSCHI, Renato, GAITÁN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, vol. 21, nº. 5, Salvador, May/Aug. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18974/12331>. Acesso em: 03 de março de 2021.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BOSCHI, Renato, GAITÁN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, vol. 21, nº. 5, Salvador, May/Aug.2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18974/12331>. Acesso em: 03 de março de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n.º 19.398**, de 11 de novembro de 1930. Institueo Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 de agosto de 2021.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930- 1995)**. 2 ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização, **R. Pol. Públ.**, São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233142527.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2021.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 35, nº 3 (140), p. 444-460, julho-setembro/2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Riode Janeiro: Elsevier, 1997, p. 1-23.

CARDOSO FILHO. Retirar verba do Viaduto do Geisel é crime contra a PB, afirma Dilma. **A União**, 16 de junho de 2016. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/cademo_politicas/retirar-verba-do-viaduto-do-geisel-e-crime-contra-a-pb-afirma-dilma. Acesso em: 03 de abril de 2022.

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. Colegiado. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. **Resolução n. 03/2018**, de 20 de setembro de 2018. Dispõe sobre procedimentos e normas para apresentação de proposta de estágio pós-doutoral a ser realizada sob a supervisão de professores(as) dos quadros do PPGE/UFPB. João Pessoa: Coordenação do PPGE/UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge/contents/noticias/resolveuid/7df52419dfbd4b0dbaa0b767bab7c331>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo a emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (dir.). **Brasil em perspectiva**. 16. ed. – Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 1987, p. 64 – 125.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: REMÓND, R. **Por uma História política**. 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 5-8.

FREITAS FILHO, Almir Pita. **A política de defesa permanente do café na década de 1920 e o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (1926-1931): notas para uma história institucional**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848253_ARQUIVO_OInstitutoeFomentoEconomiaAgricoladoEstadodoRiodeJaneiro.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2022.

GALIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba (1890 - 1930)**. João Pessoa: Ideia, 1993.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A república na Paraíba. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et.al. **Estruturas de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 53-94.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 51-66.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. 3. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

JANCSÓ, Istvan. A sedução da liberdade cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387- 437; 487-488; 500-501; 503.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.). **História: novas abordagens**. 3 ed. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p. 180-196.

MARCOS, João. **Intervencionismo estatal: novo perfil do Estado**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/43911/intervencionismo-estatal-novo-perfil-do-estado>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

MEDEIROS, José Antonio. **Redação científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13ª ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

LEVITSKY, Steve, ZIBLATT, Daniel . **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2018.

MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 51-66.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, 1993, p. 7-28, vol. 10. São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 16 de março de 2021.

PAIM, Antonio. **História do liberalismo brasileiro**. 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: LVM, 2018.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755 – 1799)**. Fortaleza: BNB.ETENE, 1985.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RÉMOND, René. **Por uma história política** (dir.). 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. Uma história do presente. In: RÉMOND, René. **Por uma história política** (dir.). 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-37.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1977, v. II.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Poder e política no império. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et. al. **Estruturas de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 19 - 50.

VARELA, Antunes . Formas do Intervencionismo na Economia. **NOMOS, Revista dos Cursos de Mestrado**, Ano 2, nº 2, Fortaleza, Ceará, 1980.